



MARTA PRIMITIVO OLIVEIRA

A PROSTITUIÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO PORTUGUÊS

Dissertação com vista à obtenção de Grau de
Mestre em Direito Forense e Arbitragem

Orientadoras:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutora Inês Ferreira Leite, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2017



MARTA PRIMITIVO OLIVEIRA

A PROSTITUIÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO PORTUGUÊS

Dissertação com vista à obtenção de Grau de

Mestre em Direito Forense e Arbitragem

Orientadoras:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Doutora Inês Ferreira Leite, Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2017

Declaração de compromisso Anti plágio

Declaro, por minha honra, que o presente texto é da minha autoria e original, encontrando-se todas as citações devidamente identificadas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios constitui grave falha ética e disciplinar.

Lisboa,

Marta Primitivo

O presente trabalho será redigido de acordo com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

O corpo do trabalho, consideradas notas de rodapé e espaços, conta com 132.547 caracteres.

“Eduquem as crianças e não será necessário castigar os homens”

(Pitágoras)

Agradecimentos

À minha mãe, ao meu pai, à minha irmã, ao Francisco, ao meu tio David e à minha tia Xana, um especial obrigado.

Siglas e abreviaturas

A., AA.	Autor, autores
AC.	Acórdão
Aafdl	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
art., arts	Artigo, artigos
CC	Código Civil
cit., cits.	Citado, citada, etc., cita-se; citação, citações
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CT	Código do Trabalho
ed., eds.	Edição, edições; editora, editoras
e. g.	Exempli gratia (por exemplo)
et al.	Et alii (e outros, e outras coisas)
FDUL	Faculdade Direito de Lisboa
<i>Ibidem</i>	Obra e autores citados anteriormente
i. e.	Id est (isto é)
MP	Ministério Público
n.º, n.ºs	Número, números
Ob.	Obra
Ob. Cit.	Obra citada anteriormente
p. pp.	Página, páginas
parág.	Parágrafo
PRA	Prostitution Reform Act 2003
PpDM	Posição da Posição da Plataforma Portuguesa para os direitos das mulheres
RPCC	<i>Revista Portuguesa de Ciência Criminal</i>
s., ss.	Seguinte, seguintes
Séc.	Século
TC	Tribunal Constitucional

TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
V.	Vide
V. g.	Verbi gratia (por exemplo)
Vol., vols.	Volume, volumes

Resumo

A prostituição já conheceu diversos modelos político-legislativos. Por ser um tema relacionado com a sexologia é complexo e envolto de polémica. Sempre acompanhado de uma panóplia de convicções, sobressaem duas antagónicas: a prostituição vista como crime e a prostituição vista como trabalho. Começarei pela descrição histórico-legal da prostituição, seguida da análise da ordem jurídica penal, onde se verifica que há uma necessidade de alterações, com destaque para a descriminalização do Lenocínio, previsto no artigo 169º do Código Penal. A descriminalização do Lenocínio acarreta um *vacuum legis*, uma vez que atualmente a prostituição não se encontra juridicamente regulada. Para enquadrar legalmente a prostituição importa analisar os diferentes modelos político-legislativos existentes noutros ordenamentos jurídicos. Conclui-se dessa pesquisa que o modelo vigente na Nova Zelândia é o mais adequado na defesa do/a “trabalhador/a do sexo”. Este modelo deve servir de base para avançarmos com a regulamentação da prostituição em Portugal, reconhecendo-a como uma profissão, em que se encontram garantidos os mesmos direitos e deveres presentes nas restantes profissões enquadradas na figura do contrato de prestações de serviço ou do contrato atípico de trabalho.

Palavras-chave: prostituição, lenocínio, bem jurídico, inconstitucionalidade, modelos político-legislativos, contrato especial de trabalho, prestação de serviços

Abstract

Prostitution has known several political and legislative models. As it is a subject associated with sexology it is complex and surrounded by controversy. Always followed by an array of convictions, there are two that can be highlighted: prostitution seen as a crime and prostitution seen as work. I will start by the historic and legal description of prostitution, following I will analyse the legal penal system where the need for alterations is noted, mainly in the decriminalisation of panderism provided in article 169º of the Penal Code. The decriminalisation of panderism entails a *vacuum legis*, as prostitution is currently not legally regulated. In order to legally frame prostitution it is important to examine the existing political and legislative models in other legal frameworks. It is concluded from this research that the model currently in place in New Zealand is the most suitable to protect the “sex worker”. This model should serve as the basis to develop the regulation of prostitution in Portugal, acknowledging it as a job where the same rights and duties present in all the other jobs with service agreements or atypical employment contracts are ensured.

Keywords: prostitution, panderism, juridical assets, unconstitutionality, political legislative models, Special work contract, service agreement

Introdução

“A Prostituição é tão antiga como o mundo.”¹

Com a presente dissertação pretendo refletir sobre o eventual enquadramento legal da prostituição no sistema jurídico Português.

“Numa contemporaneidade marcada por sociedades altamente diferenciadas e pela gestão individual dessa pluralidade, importa perceber a transversalidade dos regimes e ordem de género, bem como se constituem novos ordenamentos de género na relação entre a produção individual da identidade e as formas incorporadas.”²

A este respeito, urge tomar uma decisão quanto ao fenómeno mundial e intemporal que é a prostituição.

A situação que se vive, presentemente, em Portugal traduz-se na total ausência de regulação da prostituição, repercutindo-se na inexistência de direitos e deveres para as pessoas cuja subsistência provém da venda de relações de cariz sexual.

Aliás “ (...) à pergunta “os trabalhadores do sexo estão em situação de exclusão?”, conclui-se que, de forma generalizada, não estão nesta situação, designadamente ao nível social e territorial e, em parte, no domínio económico e simbólico; mas, analisando com detalhe as consequências do não reconhecimento da actividade como profissão e as sequelas do estigma, mormente a discriminação institucional, há que reconhecer que a sua cidadania não é vivida em pleno, pelo que os trabalhadores do sexo são alvo de exclusão (...).”³

¹CRUZ, Francisco I. dos Santos, *Da Prostituição na cidade de Lisboa de 1841*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, coleção Portugal de Perto, N.º5, 1984 p.307.

²COELHO, Bernardo, *Corpo Adentro, Prostitutas, Acompanhantes em processo de invenção de si*, Lisboa: Difel, 2009, p.14.

³SANI, Ana Isabel, *Temas de Vitimologia, Realidades Emergentes na vitimação e respostas sociais*, Coimbra: Almedina, Maio 2011, p.186.

Deste modo a questão do tratamento jurídico é essencial para alterar o paradigma atual.

Esta é uma questão transversal a várias áreas do Direito, interliga-se com o Direito Penal, os Direitos Fundamentais, o Direito da Saúde, o Direito Fiscal, o Direito Constitucional, o Direito do Trabalho e a moral e ética.

Por forma a compreendermos o fenómeno da prostituição, tenho de numa primeira fase defini-la sociológica e juridicamente. Tenho de igual forma de considerar a legislação vigente, o contexto político e o contexto social: uma sociedade multicultural de risco e em constante evolução.

Ao analisar a legislação vigente em Portugal constata-se que só no domínio do Direito Penal está tipificado um crime relacionado com a prostituição - o crime de lenocínio. Ou seja, apenas a conduta de “quem profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição”⁴ é punida. Não é punida a conduta de quem se prostitui.

Esta opção legislativa está longe de ser consensual, sendo por diversas vezes objeto de críticas.

Por outro lado, é importante indagar em que modelo político-legislativo deve ser inserida a prostituição: no modelo de abolição, legalização, proibição, descriminalização ou num modelo híbrido.

Para o efeito, será conveniente e útil observar e comparar o quadro legal da prostituição noutros ordenamentos jurídicos, como a Alemanha, Holanda, França, Itália, EUA, Espanha e Nova Zelândia.

Após uma análise dos modelos político-legislativos, recorrendo ao direito comparado, procuro identificar argumentos que me permitam uma

⁴ Art.169º, n.º1 do CP.

resposta, fundamentada, à pergunta: deve a prostituição ser legalizada⁵ em Portugal?

Seguindo o modelo da descriminalização/regulamentação importa abordar o enquadramento da prostituição no direito laboral: atividade sexual como prestação de serviços ou contrato especial de trabalho e enquadramento com outros diplomas legais internacionais.

No fundo, com este trabalho, pretendo que uma parte da sociedade, independentemente do sexo ou orientação sexual, não seja ignorada perante o Estado e perante a própria sociedade, ou seja, que lhes seja permitida uma cidadania plena.

Não sendo um tema recente, nem consensual, podemos encontrar diversos elementos bibliográficos, legislação e jurisprudência, o que me permite desenvolver uma reflexão fundamentada.

⁵A referência à terminologia “*legalizar*” abrange, neste ponto, tanto a regulação como a regulamentação. Entende-se por regulamentação: “o *acto de regulamentar; redação e publicação de regras; sujeitar a um regulamento*”. Por sua vez, regular, significa “*dirigir, sujeitar a regras*”. O ato de regulamentar é mais específico e pormenorizado, enquanto, o ato de regular é mais vasto e amplo. V. *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, 1ª edição, Lisboa: Texto editora, Lda, 1995, p.1225.

2. Conceito de Prostituição

2.1 Evolução histórica

Convém entender a prostituição como consequência da realidade da vida.

Desde os primórdios da Humanidade, passando pela Mesopotâmia e Egipto, que se utilizam nomes como: Acompanhante, Alcoviteira, Barregã, Colareja, Concubina, Cortesã, Croia, Devassa, Marafona, Menina de Rua, Meretriz, Mundana, Prostituta, Puta, Rameira, Tolerada, e todos, sem exceção, têm atualmente uma conotação moralista depreciativa.

“Sabe-se desde FOUCAULT (1985,1988,1990) que o sentido do acto sexual é determinado social e culturalmente e ainda influenciado pela história e pelo contexto.”⁶ Ou seja, os conceitos ético-sociais em matéria de sexo e “prostituição” não se traduzem em conceitos estanques.

A forma como são definidos está, como FOUCAULT defende, intimamente ligada à evolução da sociedade e da cultura.⁷ Esta evolução repercute-se na regressão da conotação moralista depreciativa inerente à atividade da prostituição.⁸

⁶Citado em OLIVEIRA, Alexandra, *Andar na Vida, Prostituição de rua e reação social*, Coimbra: Edições Almedina, 2011, p. 75; Para explicar este comentário, sugiro que se recorra ao livro de CRUZ, Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, p.54, que refere: “A prostituição em algumas partes se enfeita com a capa sagrada da religião, sendo uma prática de devoção, uma homenagem à divindade, em outras partes é olhada como um estado da sociedade, como uma profissão legítima; em alguns países é tida como um acto de hospitalidade; e nos países civilizados, onde não existem estes costumes bárbaros e selvagens, é ela um abuso da ordem social.”

⁷MOURAZ, José Lopes, *Os Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal*, 3ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 15.

⁸OLIVEIRA, Alexandra, 2011, Ob. Cit., p. 14.

Revisitando a história e recorrendo a vários estudos, entende-se que esta é uma atividade transversal no tempo e no espaço.

Tomando como base estudos mais profundos realizados no âmbito da sociologia, verifica-se que a prostituição foi objeto de análise quando a sociedade começou a apresentar uma certa estrutura. Por outro lado, o facto de a prostituição estar permanentemente presente na sociedade tornou inevitável o seu estudo por outras ciências, como por exemplo o direito, a medicina, a psicologia, entre outras.

Como resultado desses estudos foram desenvolvidas, ao longo da história, várias concepções em torno deste tema. Vejamos.

Curiosamente, nem sempre a prostituição foi vista de uma forma pejorativa. De facto, debruçando-nos sobre os tempos anteriores ao Cristianismo⁹, na Babilónia, por exemplo, a prostituição era vista como “Sagrada”¹⁰. A mulher era requisitada para prestar serviço sagrado nos templos, era considerado uma forma de iniciação à vida amorosa e símbolo de fertilidade. Não se associava o ato à degradação.¹¹

No entanto, paulatinamente, a figura do casamento ganhou um predomínio patriarcal: os homens eram praticamente proprietários das mulheres/esposas. Esta nova postura criou uma divisão na sociedade entre as esposas “legítimas” e as mulheres que se prostituíam. No Cristianismo, e de modo semelhante no Islamismo, estas mulheres viam-se condenadas e excluídas, carregando consigo a ideia de pecado que as estigmatizava como mulheres “não legítimas”.¹²

⁹Por volta de 15 mil a 10 mil anos antes de Cristo.

¹⁰Neste tempo a sociedade baseava-se no sistema matriarcal, a mulher era o símbolo da maternidade e da fertilidade.

¹¹Neste sentido, v. COSTA, José Martins Barra da, “O crime de Lenocínio. Harmonizar o Direito, compatibilizar a prostituição”, *RPCC*, Coimbra: Coimbra, N.º 3, Ano 12, Julho-Setembro, 2002, p.416; OLIVEIRA, Alexandra, “História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal”, *Revista do Ministério Público*, Ano 25º, N.º 98, Abril- Junho 2004, p.145 e 146.

¹²Neste sentido, v. OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, pp. 145 e 146; “O estigma é definido por Goffman (1963), (...) como um atributo que confere um descrédito profundo, uma diferença deplorável. O sujeito estigmatizado é (...) um indivíduo a quem qualquer coisa desqualifica e

Avançando no tempo e passados alguns séculos, mais concretamente na Idade Média, verifica-se que os costumes tradicionais referentes à prostituição estão na mesma linha do que era hábito; a atividade continua a ser vista como repulsiva, embora fazendo parte do comportamento humano, e por isso tolerada.¹³

Não sendo um conceito estanque, à medida de que a sociedade se transforma, evolui simultaneamente a forma como é vista esta atividade.

Ora, o conceito foi-se tornando mais simplificado com o decorrer dos anos. Constatamos esse facto pelas definições que encontramos:

Em França, em 1979, a prostituição era entendida como o “ (...) acto de praticar contra retribuição, livremente e sem constrangimentos – sem que a pessoa disponha de qualquer outro meio de subsistência – relações sexuais habitualmente, de forma constante e repetidas, com qualquer um e à primeira solicitação, sem escolher nem recusar o seu parceiro, sendo o seu objecto essencial o lucro e não o prazer”¹⁴.

No fundo, esta atividade era vista como a “compra e venda de serviços sexuais por pagamento de dinheiro (1992, HØIGIRD E FINSTAD) ”. Para O’NEILL (1997) é uma mera “troca de dinheiro por sexo.”¹⁵

Em 2000, WEITZER alarga o conceito e defende que o “trabalho sexual relaciona-se (...) com serviços, desempenhos ou produtos sexuais comerciais (prostituição, pornografia, striptease, danças eróticas).”¹⁶

impede de ser plenamente aceite pela sociedade.” Como podemos ler em SANI, Ana Isabel, Ob. Cit., 2011, p. 182. Segundo CRUZ Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, p. 29 “ *A identidade sociocultural que se pretendia preservar e desenvolver visava, por seu lado, a manutenção da subordinação da mulher de «bem» ao homem «honrado» e a respeitabilidade que deveriam constituir o suporte dessa subordinação.*”

¹³COSTA, José Martins Barra, Ob. Cit., 2002, p. 417.

¹⁴*In Prostitution et Proxenetisme*, Paris, PUF, 1979, citado por COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 414.

¹⁵OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2011, p. 14.

¹⁶*Ibidem*.

Direcionando o tema para Portugal e recuando no tempo, no século XIX a prostituição já era recorrente nas grandes zonas urbanas - Lisboa e Porto - ao ponto de em 1841 surgir o primeiro grande estudo nacional sobre a propagação da sífilis (*Virus venéreo*) entre as prostitutas, impulsionado pelo médico ao serviço do conselho de Saúde Pública do Reino, o Dr. SANTOS CRUZ, que propôs a 14 de Agosto de 1837 um projeto de regulamento policial e sanitário para as prostitutas. Para SANTOS CRUZ a prostituição era vista como “um vício da ordem social que está ligado a uma necessidade primitiva do homem, que ele procura por toda a parte satisfazer”.¹⁷

A “época dourada” da prostituição tem início em meados de 1850, com a estabilização da vida política e a regeneração da sociedade, terminando por volta do ano de 1925. Durante esta época foram escritos inúmeros textos artísticos e estudos sociológicos e estatísticos sobre a prostituta.¹⁸

Um dos estudos mais inovadores dessa época, elaborado em 1875, deveu-se a JOÃO ANTÓNIO FERNANDES BRAGANÇA, que analisou o papel social da prostituta e, apesar de reconhecer a atividade como um fenómeno degradante e perigoso, defendeu que a prostituição era um “mal menor”.¹⁹

Outro estudo sobre a prostituição que viria a ser um dos mais rigorosos e detalhados foi apresentado em 1902, por ÂNGELO

¹⁷Como podemos ler no artigo da autoria de DUFOUR, Pedro, a *História da prostituição: Prostituição em Portugal*, 1885, p.3 No estudo são detalhados os diversos aspetos relacionados com o quotidiano das prostitutas, desde a origem social daquelas, a distribuição espacial, os hábitos e costumes, características físicas, entre outros; CRUZ Francisco Santos, ob. Cit., 1984, pp.35 a 41, 53, 54 e ss.

¹⁸DUFOUR, Pedro Ob. Cit., 1885, p.4.

¹⁹BRAGANÇA, João António Fernandes, *Breves Considerações sobre a Prostituição*, Lisboa, 1875, pp.17, 34 e 35, escreveu que “A prostituição é também um mal, que além de repugnante, expõe a sociedade a grandes perigos, mas ainda assim é necessária e útil, porque evita males muitos superiores aos que d’ella resultam”. A prostituição nestas décadas era uma constante da vida boémia, presente nas grandes metrópoles, como Lisboa; V. PAIS, José Machado, *A Prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3, pp.942 e 943.

FONSECA. Segundo ele, a prostituição era definida, como “um mal necessário”. Neste período é bem visível a conotação pejorativa em torno da figura da mulher que se prostitui. Era vista da seguinte forma: “physiologicamente é uma doente. Começa por alterar a physionomia, perde a voz no abuso do alcool e do tabaco, torna-se infecunda, (...) adquire toda a variedade de doenças venereas. (...). Moralmente é um producto pathologico do meio que a preverte (...)”²⁰

Decorridos alguns anos, em 1972, MESSIAS BENTO escreve algumas considerações sobre a prostituição, afirmando que o “art. 2º,n.º2 do d.l 44579, de 19-XI-962, define como prostitutas «as raparigas e mulheres que habitualmente se entregam à prática de relações sexuais com qualquer homem, delas obtendo renumeração ou qualquer outro proveito económico»”²¹.

Em 2002, JOSÉ MOURAZ LOPES distancia-se da opinião de ÂNGELO DA FONSECA, definindo a prostituição, tal como se entendia no estrangeiro como o “relacionamento sexual mediante um preço”.²²

MARIA INÊS FONTINHA vai no mesmo sentido que JOSÉ MOURAZ LOPES, definindo a prostituição como “um conjunto de causas de natureza económica, social, cultural e política, (...) [traduzindo-se] na efetivação de práticas sexuais, hetero ou homossexuais, com diversos indivíduos, a troco de renumeração e dentro de um sistema organizado.”²³

²⁰FONSECA, Ângelo da, *Da Prostituição em Portugal.*, Porto: Typographia occidental, 1902, pp. 33, 80, 81.

²¹BENTO, Messias, “Algumas Considerações sobre a Prostituição”, *Separata da Revista de Direito e Estudos Sociais*, Coimbra, N.º 1-2-3-4, Ano XVIII- Janeiro/Dezembro 1972 p. 131.

²²LOPES, José Mouraz, *Os crimes contra a Liberdade e Autodeterminação sexual no código penal*, Coimbra Editora, 2002, p. 73.

²³FONTINHA, Maria Inês, *Para a compreensão social da prostituição*, 2006, pp 30 e 31, Cit. por ALBERTO, José Maria, *Dos Crimes sexuais: Do Crime de Lenocínio em especial. O novo paradigma da criminalidade sexual*, Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Criminais Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, disponível <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/290/1/DOS%20CRIMES%20SEXUAIS.%20DO%20CRIME%20DE%20LENOC%C3%8DNIO%20EM%20ESPECIAL.%20O%20NOVO%20PARADIGMA%20DA%20CRIMINALIDADE%20SEXUAL..pdf>

MARIA RITA GRANEL, *na Loucura da Prostituição*, desenvolve o tema dividindo o mesmo em três momentos históricos: o pensamento médico, a normalidade feminina e a construção da prostituta como anormal.²⁴

A professora da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, ALEXANDRA OLIVEIRA, descreve a prostituição, tal como WEITZER, como “uma das formas de trabalho sexual, incluindo-se sob esta designação uma série de actividades que ultrapassam os limites da prostituição, mas que de alguma forma se relacionam com o sexo ou erotismo e com o objectivo de ganhar dinheiro”.²⁵

Apesar da similitude destas últimas opiniões, há quem tenha uma visão diferente do fenómeno da prostituição, por exemplo: a prostituição é descrita na Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, como um “sistema global que movimenta fortunas avolumadas assente numa lógica de exploração e de opressão. (...) O sistema da prostituição não é sobre sexo; é sobre poder!”²⁶

No mesmo sentido, o ex-inspetor-chefe da Polícia Judiciária, JOSÉ MARTINS BARRA DA COSTA, defende que a prostituição é “por razões metodológicas (...) toda a prática sexual venal” é o “comportamento desviante.”²⁷

Encontramos sempre posições divergentes, mas, independentemente disso, nos dias de hoje, a noção encontra-se mais focada no ato do que nos valores subjacentes.

²⁴GARNEL, Maria Rita, “A loucura da prostituição”, *Themis*. Revista de Direito, Coimbra: Livraria Almedina, N.º 5, Ano III.5, Novembro 2002, pp. 141 a 157.

²⁵OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2011, p. 14.

²⁶Posição da plataforma portuguesa para os direitos das mulheres, sobre a moção sectorial “Regulamentar a prostituição. Uma questão de dignidade” a apresentar pela juventude socialista ao XXI congresso nacional do Partido socialista 3,4 e 5 de Junho de 2016, p. 2, disponível em: http://plataformamulheres.org.pt/wpcontent/ficheiros/2016/06/Mocao_setorial_JS_regulamentar_prostituicao_tomada_posicao_PpDM.pdf

²⁷COSTA, José Barra da, Ob. Cit. 2002, pp. 413 e 414.

De todas estas perspetivas²⁸, pode-se retirar, no essencial, que a prostituição é a atividade que consiste na cobrança de dinheiro pela prática de atos sexuais.²⁹

Paralelamente ao estudo do fenómeno da prostituição foram surgindo “diversas medidas dirigidas às pessoas que se prostituem”.³⁰

Se recuarmos no tempo, as primeiras medidas legislativas sobre a prostituição remontam ao século IV A.C., quando o imperador Solon regulou a prostituição na Grécia antiga, mais concretamente em Atenas. Categorizou-a como comércio, criando para o efeito bordéis estatais, impostos elevados e o Augusto Tribunal do Areópago como forma de controlo das regras da decência e moralidade pública.³¹

Decorridos uns séculos, as conquistas dos romanos trouxeram consigo o deboche e libertinagem, pelo que, no século II A.C., na Roma Antiga, havia a «polícia dos costumes», que controlava as prostitutas, através do registo oficial num livro de matrícula. Estas podiam exercer a atividade nos bairros mais retirados da cidade e nas casas públicas, conhecidas por *lupanaria*.³²

Em Portugal, temos os primeiros registos de medidas contra a “libertinagem sexual” no Reinado do Visigodo, em 589. Contudo, a primeira legislação sobre prostituição surgiu apenas no decorrer do ano 1170, cujo intuito continuava a ser o de proibição da prostituição. Eram

²⁸ Uma vez que a tese não é sociológica apenas recorri a algumas conceções e estudos para explicar a história da prostituição.

²⁹ Infópedia, Dicionários da Porto Editora, disponível: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/prostitui%C3%A7%C3%A3o>

³⁰ OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p.145.

³¹ COSTA, José Barra da, Ob. Cit. 2002, p. 416 e OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p.146; V. CRUZ Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, pp. 55, 195 e 290.

³² COSTA, José Barra da, Ob. Cit. 2002, p. 416; OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p. 146; V. CRUZ Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, pp. 62 e 292.

aplicadas, a título de exemplo, medidas de prisão das “ «*barregãs dos clérigos*» ”.³³

As ordenações Afonsina e Manuelina previam, igualmente, graves penas para quem tinha este comportamento, por exemplo: açoites públicos.³⁴

Percorrendo mais uns anos, em 31 de Dezembro de 1836, é publicado o Código Administrativo que previa, no artigo 109º parágrafo 6º, que competia ao administrador-geral “coibir a devassidão publica, e o escândalo causado pela immoralidade e dissolução de costumes das mulheres prostitutas (...)”.

Nos anos subsequentes, foram criadas e revistas novas medidas referentes à prostituição, tendo sempre em vista a sua proibição, a sua punição e vigilância por parte de médicos, por se considerar a atividade como imprópria. Era “necessário isolá-la, persegui-la, colocá-la à distância, afastá-la para as margens dos rios, para os bairros mal-afamados, para os antros do prazer.”³⁵

O objetivo era, segundo o Regulamento Policial das Meretrizes e Casas Toleradas da Cidade de Lisboa de 1858, o de “ «sujeitar a rigorosa inspeção as meretrizes», a fim de «de prevenir e acautelar os males que resultam para a moral, saúde e segurança pública, da notável relaxação em que se acha esta classe miserável» ”³⁶

O sistema “regulamentarista” sustentado pelo moralismo vigorou entre nós até 1963.

³³COSTA, José Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 420 e CRUZ Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, p. 309.

³⁴CRUZ Francisco Santos, Ob. Cit., 1984, pp. 310 e 311.

³⁵*Ibidem*, p. 423.

³⁶COSTA, José Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 423. Uma das formas mais comuns de controlar a atividade era a realização de estatísticas e censos. Em 1950, por iniciativa de Tovar de Lemos, realizou-se um censo global da prostituição e doenças venéreas a nível nacional, cujo resultado foi: 5079 toleradas recenseadas, essencialmente presentes nas zonas metrópoles. Este censo foi criado por forma a influenciar a nova legislação, que tinha como fim proibir a prostituição, o que veio, efetivamente, a acontecer em 1962. V. DUFOUR, Pedro Ob. Cit., 1885, p.14.

A partir de 1963, ganhou força a tendência proibicionista da prostituição.

Prova disso, é o DL. N.º 44579 de 19 de setembro de 1962,³⁷ que prevê e pune criminalmente a prostituição. Esta opção legislativa manteve-se no nosso sistema jurídico até meados de 1982.³⁸

No entanto, e conforme já foi referido esta atividade nem sempre foi como alvo de “ordenações, leis, disposições, sanções, regulamentos, censura ou recriminações”, tendo sido, por vezes, aceite.”³⁹

De facto, no dia 1 de janeiro de 1983, entra em vigor o DL. N.º 400/82 de 29 de Agosto, que despenaliza o ato de prostituição e criminaliza o lenocínio por considerar a antiga legislação anacrónica.⁴⁰

Deste modo, e no que concerne ao tratamento jurídico da prostituição, atualmente, não se encontra regulada ou regulamentada, tampouco constitui crime.

Existe, pois, no nosso ordenamento jurídico um *vacuum legis*.

2.2 Elementos e atos tipificados no conceito de prostituição

De todas as definições de prostituição anteriormente referidas, podemos retirar três elementos associados à prostituição: dinheiro, oferta e procura.

³⁷ “Artigo 1º n.1 é proibido o exercício da prostituição a partir de 1 de Janeiro de 1963.

2. Para os efeitos do número anterior, consideram-se prostitutas as raparigas e mulheres que habitualmente se entreguem à prática de relações sexuais ilícitas com qualquer homem, delas obtendo remuneração ou qualquer outro proveito económico.

3. As prostitutas são equiparadas aos vadios, para o efeito de aplicação de medidas de segurança. Às menores de 16 anos aplicam-se as medidas de protecção, assistência ou educação previstas no Decreto-Lei 44288, de 20 de Abril de 1962; V. SILVA, Manuel Carlos/MACHADO, Helena/SILVA Susana, “Direito, Ciência e o Corpo Feminino: A Prostituição como «Objecto de Fronteira»”, *Sociedade e Cultura* 4. Cadernos O Noroeste, Série sociologia, vol. 18 (1-2), 2002, p.190.

³⁸ OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p. 17.

³⁹ OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p. 145.

⁴⁰ OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2004, p. 152.

É um triângulo vicioso: sem procura não há oferta, sem oferta não há procura e sem dinheiro não há oferta nem procura.

É, portanto, fácil associar a prostituição a uma transação comercial, em que os agentes são os Clientes, Proxenas e as Prostitutas/os.

Desta forma, a prostituição é um “trabalho sexual (...) uma actividade comercial de prestação de serviços”, que apenas difere de uma actividade vulgar porque há um comportamento intrinsecamente ligado à sexualidade ou erotismo para quem compra”, como defende a ALEXANDRA OLIVEIRA.⁴¹

Fala-se de uma actividade que, e para além de abranger relações sexuais do tipo vaginal, oral, anal ou masturbatória, abrange, também, outras actividades com conotação sexual⁴². Assim, conclui-se que existem vários atos que se integram na prática da prostituição.

De resto, a prostituição é claramente heterogénea, no sentido de ser exercida por pessoas muito distintas: desde prostitutas/tos de rua, acompanhantes de luxo, *stripteases*, *cal girls*, operadores de linhas de telefone eróticas, participantes em *realty shows* com teor sexual, atrizes e atores de filmes pornográficos, massagistas, vendedores de serviços através da utilização de sites/*webcams* na internet.⁴³

Esta panóplia de atos, praticada por pessoas muito distintas, desenrola-se em vários contextos, conforme a cultura, o poder económico e a oferta. O cliente pode encontrar-se com o prestador/a de serviços na rua, em apartamentos privados, em hotéis, pensões, em casa de massagens e saunas, em clubes e bares, podendo ainda

⁴¹Reporto-me sempre e somente à situação em que a prostituta maior de idade escolhe, livre e conscientemente sem qualquer coação, exercer a prática da prostituição. V. OLIVEIRA, Alexandra, 2011, Ob. Cit., p. 15.

⁴²*Ibidem*, p. 15.

⁴³*Ibidem*, p. 15.

recorrer a empresas de chamadas eróticas, à internet, sendo inúmeras as possibilidades.⁴⁴

Quanto aos fatores influenciadores da escolha pela prostituição, estes, na esmagadora maioria dos casos, não são fúteis. Tanto no que respeita às mulheres como os homens, subsistem inúmeras razões para que estes recorram à prostituição.

Os sociólogos indicam, como principais razões: necessidades económicas, experiências de socialização, questões de personalidade, diferenças de quociente (insuficiência de instrução) e temperamento, condições de vida precária, necessidade de drogas, desemprego, persuasão por parte de um proxeneta, ilusão, et al.

As causas são predominantemente sociais; não obstante, muitos dos motivos transcendem este tipo de razões, e prendem-se com a natureza humana (o vício, a adrenalina, o desejo de experienciar coisas novas, o dinheiro fácil).⁴⁵

No fundo e concordando com M. SILVA RIBEIRO (citado em A. Oliveira, 2011, p. 21), “a via mais adequada para abordar o fenómeno da prostituição consistirá em assumir uma perspectiva pluricausal e pluridimensional (...)”.

⁴⁴*Ibidem*, p. 15.

⁴⁵OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2011, p. 20; BENTO, Messias, Ob. Cit., 1972, p. 147; e COSTA, José Martins Barra da/ALVES, Lurdes Barata, *Prostituição 2001: O Masculino e o Feminino de Rua*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 180.

3. Ordem Jurídica Portuguesa

3.1 Análise do artigo 169º n.º1 do Código Penal: lenocínio

Por forma a conseguirmos perceber qual o melhor modelo político-legislativo a implementar no sistema jurídico português, é necessário analisar o que já se encontra tipificado no nosso ordenamento jurídico.

Como já foi referido, a prostituição, enquanto atividade que consiste na cobrança de dinheiro pela prática de atos sexuais, não é, em si punível, não se encontrando regulada nem regulamentada na nossa ordem jurídica. O único tipo legal existente no nosso sistema jurídico, que se encontra diretamente ligado à prostituição, e que faz referência direta à mesma, é o crime de lenocínio, previsto no artigo 169º do Código Penal. Do mesmo é possível retirar a incriminação da atividade comercial que tem por base a prostituição ou “*actos similares*”, mas não da prostituição em si mesmo.⁴⁶

Derivado do latim, *Lenocinium* significa «tráfico de escravas, aquisição». Atualmente, o conceito de lenocínio está relacionado com o aproveitamento económico da sexualidade alheia.

Desde meados dos anos sessenta do século passado, que foi notória a intenção de punir este comportamento, isto é: a prática de lenocínio, por aqueles que são denominados de proxenetas.

Dito isto, o referido conceito sofreu uma profunda alteração ao longo dos anos.

Neste sentido, e revisitando o Código Penal, na sua versão de 1852, notamos que o lenocínio era qualificado como um crime sexual

⁴⁶ALMEIDA, Carlota Pizarro de, “O Crime de Lenocínio no artigo 170º, n.º1, do Código Penal: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º144/04”, *Jurisprudência Constitucional*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º7, Julho/Setembro 2005, p. 24.

contra a honestidade no âmbito dos crimes contra as pessoas. Até ao Código Penal de 1886 essa qualificação manteve-se inalterada.⁴⁷

Já em 1982, o lenocínio encontrava-se previsto no artigo 215º do capítulo (...) - Dos crimes contra os Fundamentos Éticos-Sociais da Vida Social - e traduzia-se no fomento ou facilitação da “prática de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual ou de prostituição (...)”. Do disposto no artigo resulta a evidente ligação à moralidade e ao pudor, que se repercute no bem jurídico protegido, uma vez que também este se encontrava no domínio da Moral.⁴⁸

Só em 1995, com a nova numeração - artigo 170º e inserção sistemática - é que o crime deixa de fazer referência a qualquer conceito que tenha índole Moral. Pela primeira vez, o bem jurídico situa-se na esfera da liberdade e autodeterminação sexual.⁴⁹

Anos depois, em 1998, o artigo é novamente revisto e o elemento “explorando a sua situação de abandono ou necessidade” é suprimido, alargando-se o âmbito da incriminação. A norma ficou, assim, com a seguinte redação: “1. Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição ou a prática de actos sexuais de relevo, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.”

⁴⁷MALAFIA, Joaquim, “A inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 169º no Código Penal”, *RPCC*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º 1, Ano 19, Janeiro-Março 2009, p. 40.

⁴⁸DUARTE, Jorge Duarte, “Crime de lenocínio: unidade ou pluralidade de infracções”, *Revista-Sub Judice. Justiça e sociedade*, Almedina, N.º 26, Outubro/Dezembro 2003, pp. 32 e 33.

⁴⁹MALAFIA, Joaquim, Ob. Cit., 2009, p. 41; Como podemos ler em *O abuso sexual de menores: uma conversa sobre justiça entre o Direito e a Psicologia*, 2ª ed., Coimbra: Almedina, CARMO, Rui/GUERRA, Paulo/ALBERTO, Isabel Maria Marques, 2006, p.36 - A liberdade sexual traduz-se no direito de cada pessoa decidir livremente a sua vida e práticas sexuais, enquanto a autodeterminação sexual está relacionada com o livre desenvolvimento da maturidade e da sexualidade da pessoa. Como LOPES, José Mouraz, 2002, refere em Ob. Cit. pp. 12 a 14, “a liberdade sexual é a vontade do indivíduo na esfera sexual”. LEITE, Inês Ferreira, “A tutela penal da liberdade sexual”, *RPCC*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º21, 2011, p.41, defende que “a autodeterminação corresponde então ao processo de formação de uma vontade que deverá ser livre, esclarecida e autêntica, sendo uma componente indispensável e parte integrante da própria ideia de liberdade.”

Finalmente em 2007, a par da renumeração - artigo 169º - é-lhe retirada a referência “à prática de actos sexuais de relevo.” Ou seja, o crime de lenocínio é preenchido por “quem profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra de prostituição”.⁵⁰

Esta redação do artigo manteve-se inalterada desde 2007, não obstante ter suscitado diversas divergências doutrinárias e jurisprudenciais ao longo dos anos.

Convém perspetivar o assunto.

Para começar, há quem defenda que o n.º 1 do artigo 169º é inconstitucional⁵¹, face ao bem jurídico em causa.

Vejamos:

Desde logo, é importante ressaltar que o Direito Penal é a última *ratio* da política social do Estado, dadas as consequências potencialmente gravosas dos seus instrumentos próprios.⁵²

⁵⁰“Na incriminação do lenocínio não se inclui aquele que se limita a viver dos ganhos da pessoa que se prostitui, ainda que com conhecimento da fonte dos rendimentos, o chamado “rufianismo”. Também não se encontra abrangido pela incriminação do lenocínio o cliente, uma vez que este, ainda que facilite ou favoreça o exercício da prostituição, não atua profissionalmente nem com intenção lucrativa” - v. LEITE, Inês Ferreira, “Prostituição: feminismo e capitalismo no debate legalização v. Incriminação”, *Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 35, 08-2016. Podemos ainda dividir o crime de lenocínio, em simples e agravado: “A diferença específica entre o lenocínio simples (artigo 169.º, n.º 1) e o lenocínio agravado (artigo 169.º, n.º 2) radica na natureza do relacionamento entre quem explora e quem se prostituiu, isto é, na existência ou não da corrupção da livre determinação sexual: havendo livre determinação sexual de quem se prostitui, o lenocínio é simples; não havendo essa liberdade, o lenocínio é agravado.” AC. TRC de 10-07-2013, relator Fernando Chaves. <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/b2f9210c6cacbcfe80257bc2004f014c?OpenDocument>

⁵¹“A inconstitucionalidade é a desconformidade dos actos jurídico-públicos com o parâmetro constitucional a que se encontram submetidos” V. MORAIS, Carlos Blanco, *Direito Constitucional, Sumários desenvolvidos*, AAFDL, 2009, p.64. Existem vários tipos de inconstitucionalidade, sendo que a “inconstitucionalidade material ocorre quando o conteúdo de uma norma viola preceitos ou princípios constitucionais”, neste sentido v. Ac. TC nº 577/2011, Relator Conselheiro José Borges Soeiro, disponível: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20110577.html>

⁵²MALFAIA, Joaquim, Ob. Cit., 2009, p. 43 e como descreve DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Parte Geral Tomo I Questões Fundamentais A Doutrina Geral do Crime*, 2ª ed., 2ª reimpressão, Coimbra: Coimbra Editora, Outubro 2012, p. 3: “Chama-se direito penal ao conjunto das normas jurídicas que ligam a certos comportamentos humanos, os crimes,

Por outro lado, um crime só está tipificado, porque o comportamento descrito e narrado pelo legislador é penalmente reprovável.⁵³

No fundo, a intervenção legislativa e a criminalização de determinadas condutas, justificam-se pelos danos que tais condutas provocam, “independentemente da sua repercussão na moral social.”⁵⁴

Quer isto dizer que o direito penal “só deve intervir nos direitos e liberdades fundamentais na medida em que isso [se] torne imprescindível ao asseguramento dos direitos e liberdades fundamentais dos outros”.⁵⁵ É uma decorrência do Estado de Direito democrático, onde o Direito Penal é o ramo de Direito Público que tutela os bens jurídicos essenciais.⁵⁶

Todavia, esta tutela dos bens jurídicos, feita pelo Direito Penal, nem sempre se justifica. Mesmo quando há um bem jurídico digno de tutela penal nem sempre deve haver intervenção penal.

O critério de intervenção penal, através de decisão legislativa criminalizadora, deve ser efetuado com recurso ao bem jurídico e a uma conceção ético-social mediatizada pela constituição democrática, no quadro referencial dos Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa

determinadas consequências jurídicas privativas deste ramo de Direito. A mais importante destas consequências - tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo (social) - é a pena, a qual só pode ser aplicada ao agente do crime que tenha actuado com culpa.”

⁵³GARCIA, M. Miguez, *Direito Penal Passo a Passo*, Vol. I Almedina, 2015, 2ª ed., introdução à parte especial.

⁵⁴NATSCHERADETZ, Karl Prehaz *Direito Penal Sexual: conteúdos e limites*, Coimbra: Almedina, Faculdade de Direito de Lisboa, 1985, Dissertação de Curso de Pós- Graduação, p. 37.

⁵⁵MALAFIA, Joaquim, Ob. Cit., 2009, p. 46.

⁵⁶Ou seja, “ o direito penal está vocacionado para funções de controlo social tendo como principal, mesmo única função, a proteção de bens jurídicos. O bem jurídico condiciona e limita a ação do direito penal, que deve abstrair-se de intervir em áreas que não conflituam com bens fundamentais”, v. SILVA, Fernando, *Direito Penal Especial: Os crimes contra as pessoas*, 2ª ed., Lisboa: Quid jûris, sociedade editora, 2008, p. 123.

humana e dos deveres essenciais à funcionalidade e justiça do sistema social.⁵⁷

Acresce que o artigo 169º é desde logo suscetível de críticas nesta questão: afinal qual é o bem jurídico tutelado no seu n.º 1?

Fazendo um parêntese, relembro que o bem jurídico “expressa um interesse da pessoa ou da comunidade na manutenção ou integridade de um certo estado, constituindo um objecto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso”.⁵⁸

E como afirma Roxin, “não sendo a concepção do bem jurídico estática, esta deve [adaptar-se] com os fins das normas constitucionais, as quais estão abertas às mutações sociais e aos progressos do conhecimento científico.”⁵⁹

É ponto assente que a divergência doutrinária quanto à inconstitucionalidade se encontra intimamente ligada à divergência na determinação do bem jurídico que a norma visa proteger.

Desde a supressão do elemento do tipo legal de lenocínio: “a exploração de situações de abandono ou de necessidade económica”, que o bem jurídico tutelado é indefinido e pergunta-se: será a liberdade sexual?; a autodeterminação?; a dignidade humana?; a moral sexual?⁶⁰

Para muitos, esta supressão fez com que o bem jurídico deixasse de existir, isto porque a expressão que foi suprimida associava a infração à ofensa da liberdade sexual. Ora, a eliminação do elemento do tipo afastou consigo a liberdade sexual da área de proteção. Em

⁵⁷ Ac. TRP de 8 de Fevereiro de 2017, Relator: João Pedro Nunes Maldonado, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/32eeadd481f2b45802580d7003b28ff?OpenDocument>

⁵⁸ V. DIAS, Jorge de Figueiredo, Ob. Cit., 2012, p. 114 e SILVA, Fernando, Ob. Cit., 2008.

⁵⁹ Cit. pelo AC. TC n.º 641/2016, relator Conselheiro Fernando Ventura, p. 3.

⁶⁰ No sentido do que é defendido por Lino Rodrigues Ribeiro na declaração de voto junta no AC. TC n.º 641/2016, relator Conselheiro Fernando Ventura.

consequência, pode-se considerar que, atualmente, não existe nenhum bem jurídico penalmente protegido que seja posto em perigo no n.º1 do artigo 169º.

Nesta perspetiva, há ainda quem defenda que, o lenocínio, a ser crime, é um crime *sem vítima*, uma vez que a supressão desta expressão deu azo a que a norma se aplique/destine somente a situações em que exista uma escolha pessoal, livre⁶¹, voluntária, consentida por parte de uma pessoa adulta, que apesar de ser vista como moralmente incorreta, não legitima a intervenção do Direito penal.⁶²

Juntando a este argumento o facto de a prostituição ser, em si mesma, uma atividade não proibida, faz com que a incriminação⁶³ em causa ofenda o princípio da proporcionalidade, em sentido amplo, da necessidade e da subsidiariedade⁶⁴, uma vez que o n.º 1 da referida norma penal «... não titula qualquer bem jurídico. [Por isso, falta] legitimidade ao direito penal [para incriminar esta conduta quando, para o efeito, não lese] direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados,” destinando-se a norma penal a proteger uma “concepção moral alicerçada numa visão paternalista da sociedade e da falta de

⁶¹O consentimento tem de ser livre, se for um consentimento formal, ou seja, se não houve um verdadeiro e livre consentimento por parte da pessoa que se prostitui, a conduta do agente será punida nos moldes do artigo 169º n.º2 do CP. O consentimento encontra-se previsto no artigo 38º do CP.

⁶²O Direito Penal só deve intervir em duas situações: quando entre adultos, haja violência, abuso, coação, escravatura, pois então entramos no conceito material de crime. Por outro lado, o Direito Penal só deve intervir “quando está em causa o desenvolvimento sexual de menores”. V. neste sentido, RODRIGUES, Anabela Miranda/FIDALGO, Sónia, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial Tomo I*, 2ªed. Coimbra: Coimbra Editora, Maio 2012, anotação n.º2 ao art. 169º, pp. 797 e 798.

⁶³“ (...) A criminalização de condutas deve restringir-se aos comportamentos que violem bens jurídicos essenciais à vida em comunidade, devendo a liberdade de conformação do legislador ser limitada sempre que a punição criminal se apresente como manifestamente excessiva ou o legislador actue de forma voluntarista ou arbitrária, ou ainda [quando] as sanções se mostrem desproporcionadas ou desadequadas, isto é, não assegurem a “justa medida dos meios (penas) e dos fins (das penas), não se garantindo uma adequada proporção entre as sanções e os factos que elas se destinam a punir (...)” vide AC TC n.º168/99, de 10 Março de 1999, relatado por Maria dos Prazeres Pizarro Beleza.

⁶⁴“A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”- artigo 18, n.º2, da CRP. É o chamado princípio da necessidade ou da carência de tutela penal ou da proporcionalidade em sentido amplo.”, Vide AC. TRL n.º4591/2008-3, de 11 de Fevereiro de 2009, relator Pedro Mourão, p.2.

capacidade do indivíduo e do seu direito de autodeterminação sexual, constitucionalmente consagrado.”»⁶⁵

Neste sentido, parte da doutrina sustenta que o artigo 169º n.º1 é materialmente inconstitucional por compressão ilícita, atento o consentimento e voluntarismo dos intervenientes, e desproporcional nos termos do artigo 18º da CRP. Desta maneira, a atual versão do artigo “não satisfaz as exigências de que a Constituição da República faz depender a legitimação material da criminalização.”⁶⁶

A legitimação material da criminalização reporta-se à “questão de saber qual a fonte de onde promana a legitimidade para considerar certos comportamentos humanos como crimes e aplicar aos infractores sanções de espécie particular”.⁶⁷

É, por outro lado, conhecida uma posição intermédia na doutrina, que defende que o bem jurídico tutelado é a “própria autonomia na formação da vontade” ou seja, é a liberdade sexual da pessoa que se prostitui, configurando o lenocínio como um crime de perigo concreto. Sendo que “nos crimes de **perigo concreto**, o perigo faz parte do tipo, isto é o tipo só é preenchido quando o bem jurídico tenha efectivamente sido posto em perigo”, afigura-se necessário que, nesta situação, exista uma efetiva “exploração”⁶⁸ da pessoa que se prostitui, não se colocando, deste modo, em causa a legitimidade da incriminação.⁶⁹

De referir, ainda, outra corrente doutrinária que defende que o lenocínio se trata de um crime de perigo abstrato. Nos crimes de perigo abstrato, “o perigo não é elemento do tipo, mas simplesmente motivo da proibição”. O argumento invocado por esta posição como justificativo da incriminação do lenocínio prende-se com o “elevado risco de se verificar

⁶⁵ AC. TRL n.º4591/2008-3, de 11 de Fevereiro de 2009, relator Pedro Mourão, p.2.

⁶⁶ Como é defendido por Manuel da Costa Andrade na declaração de voto junta no AC. TC n.º 641/2016, relator Conselheiro Fernando Ventura.

⁶⁷ Figueiredo Dias, Ob. Cit., 2012, p. 106.

⁶⁸ Exploração no sentido de “tirar proveito de”.

⁶⁹ Para LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 2011, pp. 41 e 82; Figueiredo Dias, Ob. Cit., 2012, p. 309.

uma relação de exploração “de uma situação de carência e desproteção social”. Para os defensores desta teoria, torna-se necessário, desde logo, prevenir a situação, não se mostrando exigível observar, no tipo incriminador, a sua comprovação.⁷⁰

Não sendo uma questão nova, o tema tem merecido tratamento jurisprudencial. O Tribunal Constitucional foi, por diversas vezes, instado a pronunciar-se a propósito da inconstitucionalidade desta norma incriminadora, tendo, sempre, decidido pela constitucionalidade da mesma, não obstante em vários desses Acórdãos ser possível constatar a existência de várias declarações de votos de vencido, o que ilustra bem a complexidade e divergência que subjaz a este tema.

O TC defende que a pretensão do legislador é proteger as *vítimas*, é a proteção da liberdade e de uma “autonomia para a dignidade da pessoa humana”.⁷¹ Deste modo, vai ao encontro da posição que defende que o lenocínio é um crime de perigo abstrato. Para o TC esta incriminação do lenocínio “tem o sentido de evitar o risco de situações de exploração, risco considerado elevado e não aceitável e é justificada pela prevenção dessas situações, concluindo-se pelos estudos empíricos que tal risco é elevado e existe, efectivamente, no nosso país, na medida em

⁷⁰Neste tipo de crime “o legislador, baseado na elevada perigosidade da conduta, demonstrada pela experiência, considera que tal conduta contém sempre o risco sério de poder lesar ou pôr em perigo o importante bem jurídico protegido pelo tipo.” Taipa de Carvalho, cit. por ALMEIDA, Carlota Pizarro de, “O Crime de Lenocínio no artigo 170º, n.º1, do Código Penal: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º144/04”, *Jurisprudência Constitucional*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º7, Julho/Setembro 2005, p.31. Figueiredo Dias, Ob. Cit., 2012, p. 309. Em relação à configuração do crime de lenocínio enquanto perigo concreto ou perigo abstrato, (distingue-se entre crimes de dano e crimes de perigo, nos primeiros há uma lesão efetiva do bem jurídico, enquanto nos segundos a realização do tipo não pressupõe a lesão, basta-se com a mera colocação em perigo do bem jurídico) considero que o mesmo não configura um crime de perigo, uma vez que a suscetibilidade da conduta criar um perigo deve ser, em todos os casos, elevada e empírica. Por outro lado, “a criação do perigo implica, uma noção de causalidade entre a conduta proibida e o perigo”. O que quer dizer que, é inerente à construção dos crimes de perigo, uma relação de imputação entre a ação e o perigo para o bem jurídico. Não deve, deste modo, colher o fundamento da associação, que tem por base estatísticas ultrapassadas, a uma presunção de que as situações descritas no art. 169º do CP são compressões da liberdade de quem se prostitui. Neste sentido ALMEIDA, Carlota Pizarro, 2005, p.31.

⁷¹AC. TC n.º 641/2016, relator Conselheiro Fernando Ventura, p. 8 e RODRIGUES, Anabela Miranda/FIDALGO, Sónia, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial Tomo I*, 2ªed. Coimbra: Coimbra Editora, Maio 2012, anotação n.º2 ao art. 169º, p. 800.

que as situações de prostituição estão associadas a carências sociais elevadas.”⁷²

Os argumentos que sustentam esta posição prendem-se, por um lado, com a liberdade de escolha da pessoa que se prostitui estar fortemente condicionada, por motivos de pobreza, abandono e toxicodependência, etc.⁷³

Por outro lado, tem sido salientado que se trata de uma relação desigual entre o cliente e a pessoa que se prostitui, resultando para esta um dano físico e psíquico.⁷⁴

Por último, o TC, no célebre Acórdão n.º144/2004, apresentou argumentos no campo da moralidade e ética, considerando a atividade como censurável, violando “valores da comunidade e concepções ético-sociais dominantes (...)”.⁷⁵

⁷²V. neste sentido Ac. TC n.º 144/2004 de 10 de Março, relatora Conselheira Maria Fernanda Palma; e LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 2011, p. 52. PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, “O tratamento jurídico da Prostituição”, *Broteria*. Cristianismo e Cultura, Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, vol. 167, N.º4, Outubro 2008, pp. 217 e 218. Como podem ler em, PALMA, Maria Fernanda, *Conceito material de crime, direitos fundamentais e reforma penal*, 2012, pp. 3 e 4, “é considerado crime de perigo abstracto uma vez que “*põe em causa remotamente a segurança dos bens jurídicos.*” disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TQB_MA_22910.pdf. No mesmo sentido o AC. TRP 8/2/2017: “*Sendo o bem jurídico visado pela norma a autonomia e liberdade da que se prostitui (liberdade sexual), as condutas previstas no tipo em análise não traduzem em si uma perigosidade típica de lesão de tal bem jurídico, pelo que se exigiria para a incriminação a identificação precisa do bem jurídico e a sua grande importância.*” Embora seja considerado um crime de perigo abstracto, não está excluída a possibilidade de ser admitida a contra-prova da perigosidade, conforme se lê no Ac. Do TC n.º144/2004, de 10 de Março, relatora Conselheira Maria Fernanda Palma.

⁷³PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, defende que a escolha autenticamente voluntária é uma ilusão, afirma que “*não se escolhe essa atividade em alternativa a estudar Direito ou Medicina*”, - v. o artigo *Legalizar a prostituição*, da Associação dos Juristas Católicos, p.4, disponível em http://www.ajuristascaticos.com/uploads/5/6/3/0/56307077/papel_timbrado_ajc.pdf. A PpDM, também defende que a prostituição não é uma escolha livre, pelo contrário é condicionada pela “*organização social assimétrica em termos de poder e de recursos económico, sociais, culturais e políticos.*”- *Sobre a moção setorial ‘Regulamentar a Prostituição – uma questão de dignidade*, disponível no site www.plataformamulheres.org.pt

⁷⁴PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, Ob. Cit., 2008, pp. 222 e 224.

⁷⁵Ac. Do TC n.º144/2004, de 10 de Março, relatora Conselheira Maria Fernanda Palma e ALMEIDA, Carlota Pizarro de, “O Crime de Lenocínio no artigo 170º, n.º1, do Código Penal: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º144/04”, *Jurisprudência Constitucional*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º7, Julho/Setembro 2005, p. 22.

Atualmente, assistimos a uma mudança de perspetiva no que respeita à questão da constitucionalidade/inconstitucionalidade do crime de lenocínio simples. Aliás esta posição defendida pelo TC, na pessoa do Juiz Desembargador Pedro Vaz Patto, foi contrariada, pela primeira vez, pelo Acórdão proferido pelo TRP no passado dia 8 de fevereiro de 2017, que considerou inconstitucional o artigo 169º n.º1 do CP.

Nos dias de hoje, creio que é o valor supremo da liberdade que se deve tutelar, ao invés da moralidade, defendida, numa primeira fase, pelo legislador e sociedade.

No entanto, a moral⁷⁶ continua a protagonizar este debate doutrinário, na medida em que, para uns, o bem jurídico em causa tutelado é o “interesse geral da sociedade na preservação da moralidade sexual e do ganho honesto”⁷⁷, enquanto que, para outros, o que se protege são “bens jurídicos transpersonalistas de étimo moralista”⁷⁸

Do meu ponto de vista, o artigo 169º n.1 do CP é inconstitucional, tanto por considerar que não há bem jurídico posto em perigo, como por considerar que *não há dignidade punitiva da conduta*. Deste modo, creio que esta norma incriminadora, tal como se encontra redigida, não é legítima à luz de um Estado de direito democrático, como é o nosso.⁷⁹

Vejamos, num Estado de direito democrático, existem “limites constitucionais à eleição de certas condutas como crimes que ultrapassam a vontade de maiorias conjunturais e do poder político”. Limites esses que se encontram abrangidos no conceito material de crime. Concordando com Maria Fernanda Palma, “o conceito material de

⁷⁶“A relação entre o Direito e a Moral ou Ethos tem sido objecto de uma controvérsia muito importante, sendo uma das questões fundamentais da Filosofia do Direito.” ALMEIDA, Carlota Pizarro de, Ob. Cit. p. 24.

⁷⁷ALVES, Sênio Manuel dos Reis, *Crimes Sexuais*, p.67 citado no AC. TRL n.º4591/2008-3 de 11 de Fevereiro de 2009 relator Pedro Mourão p.3.

⁷⁸RODRIGUES, Anabela Miranda/FIDALGO Sónia, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial Tomo I*, 2ªed. Coimbra: Coimbra Editora, Maio 2012, anotação n.º2 ao art. 169º do CP, p.797.

⁷⁹Tal como Costa Andrade defende na declaração de voto no AC. TC n.º 641/2016.

crime constitui uma expressão dos princípios constitucionais de Direito Penal, agrupando, pois, as características que uma conduta tem de possuir, em nome desses princípios, para poder ser qualificada como criminosa. Assim, a incriminação tem de ser indispensável para promover a defesa de bens jurídicos essenciais (princípio da necessidade), a conduta incriminada deve possuir ressonância ética negativa (princípio da culpa) e a criminalização, sempre resultante de lei formal, deve reunir o consenso da comunidade (princípio da legalidade).⁸⁰

Significa isto que é necessário uma “compatibilidade, congruência, ou concordância prática entre o fim de proteção das normas penais e os direitos e valores constitucionais, ou seja, a ordem axiológica constitucional, que se infere, nomeadamente, do regime dos direitos fundamentais.” Assim, se obtém a “*dignidade punitiva*” da conduta.⁸¹

Face aos argumentos jurídicos invocados e acrescentando que, por um lado, a incriminação do lenocínio me parece pouco eficaz, para o combate a esta prática, o que é, facilmente constatável pela observação da realidade sociológica.

Por outro lado, a incriminação do lenocínio não resolve a questão da segurança dos trabalhadores do sexo.⁸² Mais importante ainda é o

⁸⁰PALMA, Maria Fernanda, *Conceito material de crime, direitos fundamentais e reforma penal*, p. 7, disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TQB_MA_22910.pdf

⁸¹*Ibidem*

⁸²Em relação à falta de segurança, v. SILVA, Susana, “Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal”. *Análise Social*, VOL XLII, 184, 2007, p. 804, disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000300005: “Entre a «necessidade», a «obrigação» ou o «prazer», os discursos dos agentes policiais entrevistados evidenciam um tratamento profundamente desigual perante as mulheres prostitutas. Para além de estas mulheres serem, por vezes coagidas a prestar informações como garantia de «liberdade» durante duas horas e de «protecção» perante a violência a que são sujeitas, elas raramente apresentam queixas destas situações, o que reforçará a sua vulnerabilidade e a sua «dependência» em relação às «autoridades» policiais. Esta desigual protecção jurídico-legal e policial reflecte a própria distinção entre as mulheres «mal comportadas» e as mulheres «respeitáveis» (...).”

facto do artigo 169º do CP não promover os direitos e deveres das mulheres, dos homens, dos transgéneros.⁸³

Por último, a incriminação do lenocínio não altera o paradigma da eventual contração de doenças venéreas. No fundo, não contribui para a proteção nem dos clientes, nem dos trabalhadores do sexo.

Perante os argumentos jurídicos e sociológicos apresentados, considero que a melhor opção a tomar é descriminalizar/despenalizar o crime de lenocínio.⁸⁴ Convém reafirmar que apenas me refiro à situação explanada no art. 169º n.º1 do CP, onde está em causa uma atividade praticada entre adultos com livre consentimento e liberdade de escolha de ambas as partes. O n.º 2 do artigo 169º mantém a sua tipificação de crime.

⁸³Torna-se necessário descriminalizar o lenocínio para, subsequentemente, através da legalização da prostituição ser possível promover esses direitos e deveres, *E.g* podemos “ouvir as prostitutas a queixarem-se da injustiça de não poderem efectuar descontos enquanto trabalhadoras do sexo e dos entraves colocados pelas instituições bancárias à concessão de crédito, nomeadamente à habitação pela incapacidade de provar a obtenção de rendimentos, é muito frequente (...) há aqui algum comprometimento do exercício pleno da cidadania, pela discriminação no acesso ao crédito bancário e à segurança social” v. SANI, Ana Isabel Ob. Cit., 2011, p. 185.

⁸⁴O Ac. TRP 08/2/2017, relator João Pedro Nunes Maldonado, defende que o crime de lenocínio deve passar a ter natureza contraordenacional <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/32eeadd481f2b45802580d7003b28ff?OpenDocument>. Creio que esta não será a melhor forma de proteção das pessoas envolvidas, uma vez que a falta de reconhecimento em termos de direitos e deveres mantém-se. Ainda sobre a criminalização/descriminalização do art. 169º, n.º1, a meu ver a criminalização do lenocínio não pode ser comparada a outros casos em que o autor de uma conduta não é incriminado e são incriminados os terceiros participantes, como acontece, por exemplo, com o auxílio ao suicídio, previsto, no art. 135º do CP, uma vez que neste último caso há efetivamente um elevado risco de interferência na vida de outrem, há efetivamente uma criação de perigo de lesão de um bem jurídico fundamental: a dignidade da pessoa humana, enquanto no lenocínio simples, não há nenhum bem jurídico posto em perigo, tratando-se antes, de uma opção de vida, que escolhida de forma séria e livre não resulta numa lesão do direito à livre disponibilidade da vida.

4. Análise dos vários modelos político-legislativos: o Proibicionismo, o Abolicionismo, o Regulamentarismo/Regulamentação e a Descriminalização

Da análise feita ao artigo 169º nº1 conclui-se que o crime de lenocínio simples, nos termos em que está redigido é inconstitucional. Acrescentando que, face a outros modelos⁸⁵ e à realidade do nosso País, o nosso sistema atual não é o mais eficaz, na diminuição ou erradicação do lenocínio e atividades relacionadas com aquele, considero que este deve ser descriminalizado. No entanto, com a descriminalização do crime de lenocínio o sistema jurídico fica esvaziado de qualquer referência à prostituição.

Sendo este um tema transversal, e permanecendo atual, não pode nem deve ser ignorado.

Deste modo, é necessário, de um ponto de vista político-sociológico, analisar os sistemas vigentes noutros países, com o intuito de percebermos se podemos aplicar ou basear-nos em algum modelo.

Em Portugal, e não só, tem-se assistido a movimentos de tolerância e de aceitação intercalados com movimentos de abolição e movimentos condenatórios da prostituição.⁸⁶ Todavia, a prostituição não se resume a esta dicotomia de abolir vs. permitir.

Na verdade, observando alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros constatamos que têm configurado ao longo dos últimos anos três tipos de sistemas político-legislativos: o proibicionismo, regulamentarismo/ regulamentação e o abolicionismo.

⁸⁵No próximo capítulo analiso os modelos vigentes em alguns ordenamentos jurídicos.

⁸⁶MANITA Celina/OLIVEIRA Alexandra, "Estudo de caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos "Investigação integrada no Projecto "De Rua em Rua", *Cadernos Condição Feminina*, Porto: Comissão para a igualdade e para os direitos das Mulheres, 2002, p.19.

A primeira evidência é que os modelos aplicados em alguns países estão intimamente relacionados com a opção política e social do país.

Antes da análise dos países onde vigoram os diversos modelos cumpre definir em que consiste de cada modelo.

Vejamos:

O proibicionismo entende que as pessoas não devem praticar este tipo de atividade por ser considerada indigna. Ou seja, a prostituição, para além de imoral, é tida como crime. As pessoas que vendem serviços sexuais são consideradas delinquentes e são marginalizadas, os clientes e os proxenetas são condenados pelas suas condutas opressoras e machistas.

No fundo é um sistema que condena, através de multas e penas de prisão, toda a atividade rotulada de “serviços sexuais” e tudo o que se encontra relacionado com aquela. Este modelo está intimamente ligado a países e classes mais conservadoras. Assim, o proibicionismo está vigente em Países/Estados como: China, Malta, Eslovénia, Filipinas, EUA.⁸⁷

Já o sistema abolicionista concebe a prostituição como uma forma de violência contra as mulheres, a erradicar por consistir num crime contra estas.

Neste modelo, as prostitutas são consideradas vítimas e meros objetos sexuais dos proxenetas e dos clientes que as exploram, razão pelo qual o comportamento do proxeneta é condenável. Os defensores deste modelo consideram que há uma subordinação da mulher em relação ao homem. Por estas razões, pretendem que a prostituta abandone a atividade com vista à sua reintegração na sociedade.

⁸⁷OLIVEIRA, Alexandra, 11 de Março de 2017, “Uma Oportunidade para um modelo português da Prostituição”, *Jornal o Público*, Edição Lisboa, nº9823 Ano XXVIII, p. 11; e TAVARES, Manuela, *Prostituição: Diferentes posicionamentos no movimento feminista*, pp. 3 e 4, disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>.

Atualmente, esta é a ideia que guia a lei penal portuguesa: pune-se o proxeneta, ignora-se a prostituta. Outros Países, como a Inglaterra e Itália, criminalizam somente o proxenetismo.⁸⁸

É preciso ressaltar que o modelo que criminaliza a conduta do cliente, ao invés do comportamento do proxeneta e da prostituta, não se inclui neste sistema abolicionista, sendo antes visto como o modelo nórdico, uma experiência implementada mais recentemente em França.⁸⁹

O sistema regulamentarista entende que a prostituição é «um mal necessário» que, embora não seja desejável, é impossível de erradicar e portanto implica o reconhecimento por parte do Estado. Neste sentido, intervém com vista à regulação da prostituição, através do recurso a legislação especial, com o objetivo de minimizar os danos causados na sociedade, relacionados com a ordem e saúde pública, colocando, por vezes, em segundo plano os direitos das pessoas que prestam serviços sexuais. Para os defensores deste sistema, a prostituta presta um serviço, o ato de se prostituir é visto como um negócio e o cliente é um consumidor do mesmo. Inserem-se aqui os casos da Grécia, Alemanha, da Holanda, Áustria.⁹⁰

Para além destes três modelos, existe um outro modelo menos difundido - o modelo da descriminalização.⁹¹

Este sistema prima pela consideração da opinião e experiência dos trabalhadores do sexo, defende a descriminalização de todos os aspetos

⁸⁸OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2017, p.11; TAVARES, Manuela, Ob. Cit. pp. 3 e 4; COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p.433 e ss.; SANI, Ana Isabel, Ob. Cit., 2011, p. 182; e MANITA Celina/OLIVEIRA Alexandra, Ob. Cit., 2002, p.21.

⁸⁹ALEXANDRA OLIVEIRA, Ob. Cit., 2017, p. 11 e COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p.433 e ss.

⁹⁰OLIVEIRA, Alexandra, Ob. Cit., 2017, p.11; TAVARES, Manuela, Ob. Cit., pp. 3 e 4; COSTA, José Martins Barra da/ALVES, Lurdes Barata, Ob. Cit., 2001, p.40.

⁹¹CHRISTIE BRANTS (1998) apresentou um “*four-fold model*” para caracterizar as várias abordagens/reações que a sociedade tem mostrado ao longo do tempo. O 4º modelo, da legalização defende tal como o da descriminalização, que a prostituição deve ser considerada uma profissão igual às outras - v. FEINBERG, Gary, “Prostitution in the Netherlands: Transforming the World’s Oldest Profession into the World’s Newest Industry”, *Crime & Justice International*, Number 76, Vol. 19, September/October 2003, p. 5.

relacionados com o comércio do sexo, considera a prostituição uma profissão que dispensa leis, regulamentos ou estatutos especiais, enquadrando-se numa profissão igual em termos de direitos e deveres laborais comparativamente às restantes profissões enquadradas num contrato de prestação de serviços. Os agentes colaboram com os órgãos de polícia criminal e com o Estado no sentido de denunciarem situações de abuso, exploração e de tráfico. Em comparação com os restantes sistemas jurídico-políticos é considerado o modelo mais equilibrado e bem-sucedido, repercutindo-se no bem-estar e na saúde dos trabalhadores do sexo. É o modelo vigente desde 2003 na Nova Zelândia.⁹²

Apresentadas as ideologias, cumpre agora analisar na vertente prática os vários modelos, sendo que, para o efeito há que recorrer ao Direito Comparado.

⁹² *Ibidem*. É interessante ressaltar que, nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, sob influência de várias organizações de prostitutas, surgiu um movimento feminista que tentou legitimar a prostituição como uma “*expressão da sexualidade feminina*”. O fundamento deste movimento prende-se com o direito das trabalhadoras sexuais disporem livremente do seu corpo. Por consequência, também defendiam o suprimimento de legislação bem como das medidas de controlo sanitário específicas. Defendiam, igualmente, que deveriam ser assegurados todos os direitos das prostitutas, desde o direito à maternidade, ao casamento à segurança social e à organização profissional. (MANITA Celina/OLIVEIRA Alexandra, Ob. Cit., 2002, p.21).

5. Direito Comparado: Regulamentação da prostituição em algumas ordens jurídicas (Alemanha; França; Suécia; Itália; EUA; Espanha; Holanda e Nova Zelândia)

Com vista a optarmos pelo melhor modelo a aplicar no nosso ordenamento jurídico, há, essencialmente, que analisar os resultados, a lei, e os modelos já vigentes e postos em prática em alguns países, só assim é possível chegar a alguma conclusão.

A prostituição tem sido alvo de abordagens diferentes nos vários países. Vejamos:

Na Alemanha, a prostituição não é proibida mas é altamente regulada. Dado o número elevado de profissionais do sexo, de clientes e de serviços prestados, o Parlamento Federal Alemão considerou que as pessoas implicadas não podiam ser párias, pelo que, em Janeiro de 2002, a prostituição passou a ser considerada uma profissão e, como tal, passou a estar regulamentada.⁹³

Começando a análise pelo CP Alemão, diversas formas de lenocínio estão tipificadas entre os «crimes contra a autodeterminação sexual»: § 180 Förderung sexueller Handlungen Minderjähriger (Exigência de actos sexuais a menores); § 180a Ausbeutung von Prostituierten (exploração da prostituição); § 181a Zuhälterei (lenocínio/proxenetismo).⁹⁴

Paralelamente ao código, há que ter ainda em conta a lei que regula a situação jurídica das pessoas que se prostituem a *Gesetz Zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten (Prostitutionsgesetz-ProstG)*. A Prost G engloba três parágrafos, que preveem taxas pré-

⁹³COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 437.

⁹⁴ StGB alemão, disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/stgb/>

contratuais, mecanismos de defesa e direito à segurança social com todos os direitos e deveres inerentes.⁹⁵

Conclui-se, a partir destes elementos legislativos, que a prostituição está geograficamente limitada, havendo zonas específicas para a atividade. Por outro lado, a legislação vigente prevê que os profissionais do sexo tenham direito à segurança social.

Não obstante, é considerado um sistema incompleto, uma vez que não protege eficazmente os trabalhadores do sexo. Isto porque se verifica que não há uma prevenção por parte do Estado em detetar eventuais situações de abuso, maus tratos ou tráfico. Esta inércia, por sua vez, reflete-se na posição dos trabalhadores do sexo, que, com a desconsideração do Estado, não cooperam com as entidades oficiais no sentido de denunciar estas situações.⁹⁶

Em França, vigora o modelo nórdico que, como já referi difere, subtilmente, do modelo abolicionista. Apesar de partilharem a mesma filosofia - a prostituição é uma forma de violência contra as mulheres e por isso um crime contra elas a erradicar - atuam de forma distinta. No modelo abolicionista a repreensão recai somente sobre o proxeneta, enquanto neste modelo a sanção recai tanto no proxeneta como no cliente. Deste modo, os franceses juntam-se aos suecos, que foram pioneiros na implementação do modelo nórdico (em 1999), e aos Noruegueses.

França tem partilhado com Portugal a eterna querela em torno da prostituição: abolir ou permitir.⁹⁷ No entanto, nos últimos anos, França tem paulatinamente lutado pelo fim da prostituição.⁹⁸

⁹⁵http://www.huffingtonpost.com/katherine-koster/legal-in-theory-germanys-b_8037820.html e Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten (ProstG): <http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/BJNR398310001.html>

⁹⁶http://www.huffingtonpost.com/katherine-koster/legal-in-theory-germanys-b_8037820.html

⁹⁷HAECHE, Anne Van, *La prostituée Statut et image*, Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1973, p. 59.

Aliás, as várias Organizações não-governamentais sustentam, por um lado, que os trabalhadores do sexo devem abandonar a prostituição, e, por outro, defendem que devem ser reintegrados na sociedade. Além disso, apoiam a punição da conduta do proxeneta, que já é criminalizada, está prevista no art. 225- 5 do CP Francês, e, mais recentemente, também, a punição da compra de sexo pelo cliente, art. 225-12-1 do CP Francês.

Prova de que França tem lutado pelo fim da prostituição é a medida adotada a 06/04/2016 que prevê a punição do cliente.⁹⁹ Esta medida legislativa tem como objetivo sancionar o cliente através de aplicações de multas cujo valor aumenta quando há reincidência.

Tendo em conta o que é estipulado no art. 45º da Constituição Francesa, a Assembleia Nacional adotou ainda um acompanhamento para os profissionais do sexo que queiram abandonar a atividade, através mecanismos de proteção para as vítimas e vistos de residência temporária para estrangeiros. Ou seja, França dispõem de vastos recursos de serviços sociais destinados a auxiliar qualquer pessoa que queira abandonar a prostituição.¹⁰⁰

Esta mudança foi bastante contestada, inclusive por trabalhadores do sexo, isto porque, na prática, o ato de se prostituírem não é ilegal, o que é ilegal e sancionado é o ato da compra de sexo. Como é possível

⁹⁸V. LAVAUD-LEGENDRE, Bénédicte, *Le droit penal, la morale et la prostitution: Des liaisons dangereuses*, Paris: DROITS, Revue Française de Théorie, de Philosophie et de Culture Juridiques, N.º49, 2009, p.58: "Le fondement des incriminations encadrant la prostitution est divers: protection de la personne prostituée à l'égard du proxénète, protection des riverains, protection des bonnes mœurs."

⁹⁹Esta medida legislativa foi aprovada com 64 votos a favor, 21 contra e 11 abstenções.

¹⁰⁰V. TEXTE ADOPTÉ n° 716 «petite loi»,Assemblée Nationale, Constitution du 4 octobre 1958, quatorzième législature session ordinaire de 2015-2016, 6 avril 2016 Proposition de loi <http://www2.assemblee-nationale.fr/documents/notice/14/ta/ta0716/%28index%29/ta>; <https://sol.sapo.pt/artigo/503536/franca-aprova-lei-que-multa-clientes-de-prostitutas>

ler no site da CNN *“This anti-prostitution law is as if we allowed bakers to display their cakes but didn’t allow people to buy them”*.¹⁰¹

Creio que estas não serão as melhores medidas legislativas para a para diminuir ou mesmo erradicar a prostituição. Embora defenda que este não é o melhor modelo político-legislativo, considero que estas medidas em particular poderão ter um efeito contrário ao que se pretende, dado que haverá sempre trabalhadores do sexo que continuarão a viver desta atividade.

Ora, o facto de a compra por parte dos clientes ser considerada legalmente ilícita, leva a que os trabalhadores do sexo arranjem subterfúgios para “protegerem” os clientes das aplicações de multa, continuando, todavia, a ganhar dinheiro com eles. Estes esquemas dissimulados podem trazer consequências nefastas que se manifestam ao nível da segurança, da saúde, da higiene, entre outros.

Além disso, as medidas protecionistas para com os profissionais do sexo deveriam ser aplicadas, não só quando estes abandonem a atividade, mas também quando a exercem. De facto, trata-se de direitos básicos que deveriam ser acessíveis a qualquer pessoa, como tal e enquanto trabalhadora do sexo, independentemente da opção de vida que tomaram.

Como é uma experiência recente, creio que ainda não se podem tirar ilações fundamentadas.

¹⁰¹Tweeted by Micky Marty através do site <http://edition.cnn.com/2016/04/07/europe/france-prostitution/>. A este propósito, v. BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, *Prostitution: A Review of Legislation in Selected Countries*, Library of Parliament- Legal and Social Affairs Division Parliamentary Information and Research Service, Publication 3 November 2011, Revised 21 July 2014, p.14: “Swedish police initially experienced considerable difficulty in laying charges under the Act. According to one police official, “The law is toothless. It is almost impossible to charge anyone for buying sex.” disponível em: <http://www.res.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2011-115-e.pdf>

Para se comprovar, ou não, a eficácia desta opção político-legislativa, pode-se, sim, recorrer à Suécia que implementou, faz 18 anos, uma medida que condena o cliente, por compra de sexo.

São várias as fontes que indicam que a incriminação da conduta do cliente teve como efeito prático a redução da atividade.¹⁰² A incriminação repercutiu-se, sobretudo, nos compradores de sexo ocasionais, mantendo-se, contudo, pouco eficaz para clientes habituais.

Na verdade, cremos que a prostituição de rua tenha diminuído em detrimento da prostituição “*indoor*”, que é um fenómeno que tem vindo a crescer por influência de diversos fatores como a globalização, a emigração, o avanço tecnológico, fatores sociais e económicos.¹⁰³

Esta mudança de “*atuação*” deve-se sobretudo aos vários obstáculos decorrentes deste modelo nórdico que se centra na punição quer do proxeneta quer do cliente.

Vejamos:

- I. Aumenta o risco de violência, pois os clientes mais avessos à lei são, muitas vezes, aqueles que se encontram embriagados ou drogados;
- II. Perante a escassez da procura que se repercute no dinheiro que o trabalhador do sexo auferi, há uma tendência para

¹⁰²V. BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, Ob. Cit., 2014, pp. 13 e 14: “*Compared to other European countries, the prostitution industry in Sweden has never been large. In 1998, approximately 2,500 prostitutes were working in Sweden, with about 730 on the streets. Since the Act came into effect, street prostitution has been halved and other forms of prostitution have remained stable or have not increased more than in other countries (for example prostitution initiated over the Internet) – an indication that street-level sex workers are not moving into other parts of the industry. The report also indicates that the prohibition has counteracted organized crime in Sweden, while violence against sex workers has not increased.*”

¹⁰³MUJAJ, Endrit/NETSCHER, Amanda, *Prostitution in Sweden: The extent and development of prostitution in Sweden 2014*, Production: Country Administrative Board of Stockholm, 2015, pp.16 e 17. Disponível em: <http://www.lansstyrelsen.se/stockholm/SiteCollectionDocuments/Sv/publikationer/2015/rapport-2015-18.pdf>, V. também a este respeito BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, Ob. Cit., 2014, p. 14: “*Critics therefore argue that the legislation has not reduced the number of prostitutes in Sweden. It has instead led to a reorganization of the prostitution industry.*”

aceitar qualquer tipo de cliente, sendo menor a seletividade na escolha;

- III. O controlo realizado pela polícia pode deslocar os trabalhadores do sexo para sítios mais isolados como matas;
- IV. Quando há violência nas relações, esta não é reportada às entidades competentes, sob pena de represálias, diminuindo assim a eficácia da lei;
- V. Os meios contracetivos distribuídos pelos trabalhadores do sexo podem ser usados como provas de que há clientes a comprar serviços sexuais, perdendo o seu efeito útil;
- VI. Esta estratégia político-legislativa pode contribuir para o aumento do estigma e da discriminação;
- VII. Por outro lado, dificulta o acesso ao serviço de saúde por medo de denúncia e vergonha;
- VIII. A punição do cliente e do proxeneta coloca em segundo plano a sensibilização para eventuais doenças contraídas pelos trabalhadores do sexo.

Situando a questão a um nível mais amplo, é necessário que a sociedade seja reeducada no sentido de reconhecer e valorizar o seu próprio corpo e o do outro, respeitando a decisão pessoal de cada pessoa e evitando a violência gratuita.¹⁰⁴ Por todas estes argumentos, penso que o modelo vigente na Suécia e França não será o modelo mais equilibrado.

Em Espanha, tal como em Portugal, houve um longo percurso acompanhado de divergências doutrinárias teóricas sobre o bem jurídico em causa. Uns advogavam que se deveria proteger a moral sexual coletiva, enquanto outros defendiam a liberdade sexual individual.¹⁰⁵

¹⁰⁴V. Sex Work Law Reform in Canada: Considering problems with the Nordic model <http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/NordicBrief-ENG.pdf>

¹⁰⁵V. RIPOLLÉS, José Luis Díez, *La Protección de la libertad sexual, Insuficiencias actuales y propuestas de reforma*, Barcelona: Bosch, Casa Editorial S.A, 1985, p.23,170 e ss.

Estas divergências doutrinárias repercutiram-se na legislação espanhola, sendo que por diversas vezes o Código Penal sofreu alterações.¹⁰⁶ O Código Penal atual (Lei Orgânica 10/1995, de 23 de Novembro) criminaliza o ato de quem “*induz, promove, favorece ou facilita a prostituição*”, ou seja, pune o proxenetismo.¹⁰⁷ Estão previstas penas e multas agravadas sempre que estejam envolvidos menores ou incapazes.¹⁰⁸ Mas uma vez mais o ato de se prostituir, em si mesmo, não é considerado ilegal.

A Prostituição em Itália não é proibida. À semelhança de Portugal, apenas é punida a conduta de quem favorece, a explora ou a ela incita. Itália é um país onde o flagelo do tráfico de seres humanos com destino à prostituição está muito presente.¹⁰⁹

Nos EUA, vigora o Proibicionismo. Apesar de o Governo Americano ter, a nível federal, decretadas leis que proíbem a prostituição em certas circunstâncias, a maioria, das leis que regem a prostituição são leis Estatais. Todos os Estados proíbem a prostituição e as atividades relacionadas, com exceção do Estado de Nevada. Sustentam que a incriminação visa a proteção das mulheres, bem como o cumprimento das obrigações internacionais que os EUA assumiram.¹¹⁰

Pode-se dizer que a Holanda foi pioneira no enquadramento da prostituição como profissão. Em 1997, o Governo Holandês apresentou uma proposta referente à legalização dos bordéis e consequente

¹⁰⁶V. a título de exemplo a revisión del ámbito de aplicación del artículo 428 del código penal de 1944, no Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales, Tomo 17, Fasc. I, Enero Abril de 1964, pp. 55 e ss: O artigo 428 dispunha “(...) El beneficio de este artículo no aprovecha a los que hubieren promovido, facilitado o consentido la prostitución de sus mujeres o hijas”.

¹⁰⁷**Artículo 187º n.º 1.** “*El que, empleando violencia, intimidación o engaño, o abusando de una situación de superioridad o de necesidad o vulnerabilidad de la víctima, determine a una persona mayor de edad a ejercer o a mantenerse en la prostitución, será castigado con las penas de prisión de dos a cinco años y multa de doce a veinticuatro meses.*” Como verificamos é necessário preencher certos pressupostos como uso de violência, intimidação ou engano; COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 438.

¹⁰⁸V. artigo 188º e ss. do CP Espanhol.

¹⁰⁹COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 439.

¹¹⁰V BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, Ob. Cit., 2014, pp.17 e 18.

descriminalização da conduta do proxeneta. Nestes termos, no ano de 2000 entrou em vigor um diploma legislativo¹¹¹ que permite legalizar bordéis, deixando de ser crime “organizar as atividades da prostituição de alguém.” Esta legalização permitiu, ainda, que profissionais do sexo pagassem impostos e segurança social, o que, por sua vez, possibilitou uma equiparação às restantes profissões.¹¹²

Para ser permitida a prática da prostituição, tem de atender a vários requisitos, nomeadamente: a obtenção de uma licença para trabalhar na área da prostituição; obrigatoriedade de residência legal, maioridade e exercício livre da atividade.¹¹³

Cada Município determina as licenças que são necessárias, condicionando também a forma como as prostitutas podem vender os seus serviços, se através das “window prostitution” ou através do “streetwalking”, entre outros.¹¹⁴

Uma vez assim enquadrada, a atividade ocorre essencialmente em bordéis, *sex clubs* e através das célebres “window prostitution”. As prostitutas/os arrendam uma janela num prédio, a qual funciona como uma montra, onde se exibem sedutoramente de forma a atrair potenciais clientes. Não é comum, contrariamente ao que ocorre em Portugal, a prostituição de estrada/rua.¹¹⁵

Segundo GARY FEINBERG, esta forma política de abordar a prostituição repercutiu-se no bem-estar dos trabalhadores do sexo, uma vez que possibilitou a rutura da relação, por vezes de dependência, entre

¹¹¹Article 2505º of the Criminal Code.

¹¹²COSTA, José Martins Barra da, Ob. Cit., 2002, p. 434.

¹¹³FEINBERG, Gary, Ob. Cit., 2003, p. 7.

¹¹⁴Wetenschappelijk Onderzoek - en Documentatie Centrum Ministerie van Veiligheid en Justice, *Prostitution in the Netherlands in 2014*, Cahier 2015-1ª, p. 5 e 11, disponível em: <https://english.wodc.nl/onderzoeksdatabase/2389d-nulmeting-wrp-overkoepelend-rapport.aspx?cp=45&cs=6799>; FEINBERG, Gary, Ob. Cit., 2003, p. 4.

¹¹⁵FEINBERG, Gary, Ob. Cit., 2003, p. 4; e Wetenschappelijk Onderzoek, Ob. Cit., 2015, p. 17.

o “chulo” e prostitutas. Por outro lado, tornou os trabalhadores do sexo mais independentes e mais seletivos na escolha do cliente.¹¹⁶

Não obstante, teoricamente, este modelo apresentar vantagens, na prática tem-se verificado, através de estudos, que padece de inúmeras falhas. Para começar, há várias formas de prostituição não legais: pessoas menores de idade, situações de exploração sexual, pessoas sem licença e sem trabalho legal.¹¹⁷

Posta a legislação nestes termos, e apesar das falhas do sistema, verifica-se uma mudança positiva na abordagem ao negócio do sexo; os profissionais do sexo estão cada vez mais envolvidos no próprio negócio, substituindo-se aos proxenetas. Recentemente, foi publicada uma notícia no *The Guardian* que enunciava a abertura de um bordel gerido por trabalhadores do sexo no âmbito do projecto “*My Red Light*”. As prostitutas intervêm na decoração do edifício, determinam os termos e condições dos serviços, bem como o preçário e ainda criam espaços exclusivos de convívio.¹¹⁸

Esta nova possibilidade do trabalhador do sexo ser parte integrante na construção do negócio, leva-nos à seguinte questão: não se estará perante uma nova mentalidade, semelhante à que presidiu à regulação na Nova Zelândia?

O modelo presente desde 27 de Junho de 2003 na Nova Zelândia assenta na proteção dos direitos humanos dos profissionais do sexo, enquanto seres humanos e enquanto trabalhadores.¹¹⁹ A prostituição, embora não incentivada nem moralmente criticada, foi descriminalizada.

¹¹⁶FEINBERG, Gary, Ob. Cit., 2003, p. 5.

¹¹⁷Wetenschappelijk Onderzoek, Ob. Cit., 2015, p. 8.

¹¹⁸https://www.theguardian.com/cities/2017/may/16/amsterdam-mayor-brothel-prostitutes-new-model?CMP=fb_gu

¹¹⁹V. BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, Ob. Cit., 2014, p.6: “*The Prostitution Reform Act was ultimately designed to stop the sex industry from going underground. The objective, in letting sex workers and prostitution establishments come out into the open, was to create safer and healthier environments for persons selling sexual services.*”

Os Neozelandeses, após vários debates e estudos¹²⁰ em torno da prostituição, concluíram que o mais equilibrado seria a descriminalização e o consequente reconhecimento da atividade enquanto profissão.

A descriminalização da prostituição advém da Reforma de 2003, que contou com a colaboração de vários membros do Parlamento e com vários profissionais do sexo¹²¹, daí a questão acima colocada. A base da PRA assenta na promoção do bem-estar e da segurança e saúde da pessoa que exerce a atividade.

A par desta promoção de direitos, a PRA prevê ainda outras finalidades e propósitos. Por um lado, determina a proibição da prostituição praticada por pessoas menores de 18 anos, prevendo a aplicação de penas de prisão para quem (cliente, “operador”) não respeite a idade; por outro lado, defende, ainda, a proteção dos direitos humanos dos trabalhadores do sexo, bem como a proteção destes em casos de exploração.¹²²

Analizados os pontos essenciais defendidos pela PRA, considero que seja relevante abordar alguns aspetos mais específicos da Reforma. O legislador optou por dividir a lei por partes, sendo a primeira destinada às previsões preliminares e a segunda dirigida à comercialização dos serviços sexuais. Na parte terceira, encontra-se prevista a certificação dos “operadores de negócios”.¹²³ A quarta e última parte contém disposições diversas.

No preâmbulo da *segunda parte* é feita uma consideração de ordem geral: nenhum contrato de fornecimento ou de prestação de serviços sexuais é considerado ilegal ou nulo por razões de ordem

¹²⁰A PRA foi apresentada pela primeira vez por Tim Barnett em Setembro de 2000, passando por diversas votações e algumas revisões. V. BELLAMY, Paul, Parliamentary Library Research Paper “Prostitution law reform in New Zealand” 10 July 2012, p.4.

¹²¹*Ibidem* p. 3: “This group included representatives from the NZPC, Young Women’s Christian Association, National Council of Women, and the AIDS Foundation.”

¹²²PRA 2003 <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/whole.html#DLM197821>

¹²³“In this Act, **operator**, in relation to a business of prostitution, means a person who, whether alone or with others, owns, operates, controls, or manages the business.” V. ponto 5 da PRA.

pública ou outros motivos semelhantes. Daqui resulta de forma clara a separação daquilo que deve ser a moral e daquilo que é o Direito.

São ainda previstos alguns requisitos de saúde, como seja a troca de informação sobre o estado de saúde das partes envolvidas e a adoção de medidas necessárias para a não transmissão de doenças sexuais, visto que um profissional do sexo passa a estar abrangido pela Lei da Saúde e Segurança no Trabalho, et. al. Qualquer pessoa que infrinja os requisitos, é condenada ao pagamento de uma multa.¹²⁴

Além disso, não é autorizada a publicidade de serviços sexuais na televisão, rádio, cinema, cartazes; apenas pode ser feita propaganda na parte reservada aos anúncios dos jornais. A sinalização existente para identificar os locais onde são vendidos os serviços sexuais está sujeita aos requisitos criados pelas autoridades territoriais. A própria localização dos bordéis está condicionada ao que determinam os “Governos Locais”.

Na *segunda parte* da PRA estão ainda previstos vários mecanismos de proteção dos profissionais do sexo, como seja a punição de quem induzir ou obrigar outra pessoa, contra a sua vontade e sem o seu consentimento, a praticar qualquer ato relacionado com a prostituição. O profissional do sexo pode a todo o tempo recusar-se a prestar o serviço, independentemente da celebração do contrato, uma vez que, para efeitos penais, celebrar contrato não constitui o consentimento. O legislador estipulou que, nos casos em que haja recusa em continuar a exercer a profissão, os direitos provenientes da Segurança Social não podem ser afetados ou suprimidos.

A ligação entre o tráfico de pessoas e a prostituição também mereceu uma reflexão pelo Parlamento, que decidiu negar vistos a qualquer imigrante que queira trabalhar no negócio da prostituição seja como prestador de serviços ou como operador. Neste caso, podemos

¹²⁴PRA <http://www.legislation.govt.nz/act/public/2003/0028/latest/whole.html#DLM197821>

dizer que a descriminalização é uma ferramenta importante no combate ao tráfico humano.

Por último, a lei prevê que profissionais médicos e o ministério da saúde possam inspecionar as instalações, por forma a perceberem se os requisitos de saúde e segurança estão a ser cumpridos.

Na *terceira parte* é descrito o procedimento para se poder gerir uma empresa/negócio de prostituição. Exige-se a apresentação de um “*operator’s certificate*”¹²⁵ e um Certificado de Registo Criminal, não podendo o operador ter cometido determinados crimes.¹²⁶

Feita a análise da PRA, concluímos que a descriminalização da prostituição cria expectativas e padrões elevados em relação à saúde e à segurança dos trabalhadores. É uma lei que permite aos trabalhadores do sexo tomar decisões mais seguras, que possibilita a negociação entre as partes e a denúncia de situações de abuso.

Resumindo, é uma lei detalhada e equilibrada que tem em conta a vida prática e os obstáculos que os trabalhadores do sexo enfrentam diariamente.

Uma vez que já decorreram catorze anos desde a sua entrada em vigor, é possível destacar os efeitos da aplicação da PRA na sociedade.

“A grande vantagem – tal como referida nos relatórios oficiais – da solução neozelandesa reside na melhoria dos direitos da pessoa que se prostitui, que mais facilmente recorre às autoridades e à justiça para fazer valer os seus direitos, encontrando-se, de modo global, mais protegida [Report of the Prostitution Law Review Committee on the

¹²⁵ *Every operator of a prostitution business must hold a valid operator's certificate. To be eligible for a certificate, applicants must be over the age of 18, be a citizen or permanent resident of New Zealand or Australia, and not have any disqualifying convictions. Every operator who does not hold a certificate is liable to a fine not exceeding \$10,000 (sections 34 to 41), p.5 <https://www.parliament.nz/en/pb/research-papers/document/00PLSocRP12051/prostitution-law-reform-in-new-zealand>.*

¹²⁶ Como por exemplo: homicídios e crimes violentos.

Operation of the Prostitution Reform Act 2003:2008].”¹²⁷ Por outro lado, embora não tenha havido qualquer diminuição da prostituição, a regulamentação não implicou um aumento real da mesma.

A descrição feita dos vários ordenamentos jurídicos internos dos países mais representativos permitiu-nos chegar a uma primeira conclusão: a prostituição é um fenómeno complexo que admite várias formas de regulamentação.

Entendemos que a legislação prevista na Nova Zelândia é, por um lado, a mais atenta aos pormenores da vida real e, por outro, a que mais protege e beneficia as pessoas que exercem a atividade sexual.

No último ponto deste trabalho pretende-se perspetivar o enquadramento do modelo vigente na Nova Zelândia e, *mutatis mutandis*, ver se é possível e vantajoso aplicá-lo ao nosso sistema interno, nomeadamente analisar se está em conformidade com o direito comunitário e de que forma pode ser regulada a prostituição do ponto de vista jurídico-laboral.

¹²⁷LEITE, Inês Ferreira, “Prostituição: feminismo e capitalismo no debate legalização v. incriminação”, *Revista Faces de Eva*. Estudos sobre a Mulher, n.º 35, 08-2016, p.13; Report of the Prostitution Law Review Committee on the Operation of the Prostitution Reform, disponível em: <http://prostitutescollective.net/wp-content/uploads/2016/10/report-of-the-nz-prostitution-law-committee-2008.pdf>

6.Conclusões:

A legalização da prostituição e a conformidade com o direito Comunitário e outros diplomas legais internacionais; a prostituição como eventual contrato de trabalho ou prestação de serviços

Em virtude do que foi mencionado e analisado, a primeira conclusão que devemos retirar é que a sexualidade é um aspeto central na vida de um ser humano.

Faz parte do conhecimento geral que a sexualidade inclui uma multiplicidade de conceitos como: o sexo, o género, a identidade, a orientação sexual, o prazer, a reprodução, a intimidade e o erotismo e “é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.”¹²⁸

Em consequência disso, é notória a complexidade em torno do tema da prostituição.

Muito se debate nos dias de hoje, tanto por influência dos ordenamentos jurídicos estrangeiros e pela maior visibilidade do tema, como pela própria evolução da sociedade e das mentalidades, a legalização da prostituição.

Deve salientar-se que o debate em torno deste tema se reporta única e exclusivamente aos casos em que a pessoa é maior de idade, ou seja, quando tem mais de 18 anos e consente livremente no ato de cariz sexual. A este propósito, relembro que é dever do Estado “promover –

¹²⁸World Association for Sexual Health “Declaração dos Direitos Sexuais”, disponível em: <http://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>

ativa e positivamente - a garantia de que a decisão de se prostituir é tomada livremente e com toda a autonomia”.¹²⁹

Por outro lado, a regulamentação da prostituição só será admissível caso “permita, pelo menos, manter os atuais índices de eficácia no combate ao tráfico e a todas as fontes de exploração das pessoas que se prostituem”.¹³⁰

Ensina-nos a história que a prostituição já foi alvo de diversos tipos de regulação, que variavam consoante os valores e ideais subjacentes à mesma.

Em Portugal, a prostituição não se encontra regulada. Apenas o lenocínio se encontra tipificado como crime, o que faz com que o nosso sistema seja, no que à prostituição respeita, um sistema de índole Abolicionista.

Como tive oportunidade de referir, o lenocínio deve, a meu ver, ser descriminalizado, uma vez que não existe bem jurídico posto em perigo. É, neste sentido, materialmente inconstitucional: por violar o disposto no art. 18º, n.º2 da CRP, e os seus princípios - corolários: subsidiariedade, necessidade, proporcionalidade e intervenção penal mínima do Estado. O referido crime, postulado no artigo 169º, n.º1 do CP, viola também, e por essa razão, o disposto no art. 40º do CP que “estatui, em total consonância com o referido normativo constitucional, que “a aplicação de penas e de medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos”.¹³¹

Como ponto prévio desta conclusão, e antes de me pronunciar sobre a eventual legalização da prostituição em Portugal, devo esclarecer que, em todos os modelos político-legislativos estudados, são reconhecidas vantagens e desvantagens. Todos têm falhas e todos

¹²⁹LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016, p. 101.

¹³⁰LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016, p. 99.

¹³¹DIAS, Jorge de Figueiredo, Ob. Cit., 2012, p. 123.

podem ser melhorados. De resto, e na verdade, penso que, por ser um tema complexo e multidisciplinar, qualquer modelo que seja criado não será cem por cento eficaz, quer a opção seja “abolir”, quer seja “regular”.

Posto isto, embora reconheça que a atividade tem algumas consequências nefastas e alguns riscos associados, e não incentive a sua prática, a meu ver, o modelo que se encontra melhor concebido e equilibrado é o modelo atualmente em vigor na Nova Zelândia.

Com efeito, e por um lado, parece-me utópico defender o abolicionismo¹³², por outro, o proibicionismo não diminui o número de trabalhadores do sexo, nem de tráfico de pessoas, muitas vezes associado à prostituição, não protege nem confere segurança a quem trabalha nestes meios, não permite uma integração das pessoas na sociedade e, acima de tudo, não respeita os direitos fundamentais; pelo contrário, condiciona-os.¹³³

Por último, em relação ao modelo do regulamentarismo, o mesmo apresenta falhas estruturais ao colocar em segundo plano os direitos dos trabalhadores do sexo, sendo que a tónica está exclusivamente direcionada para a legalização dos bordéis e saúde pública.

Por todos estes factos e alegações, acredito que a realidade deve ser enfrentada como ela é. Ou seja, se queremos que a prostituição deixe de existir ou que, pelo menos diminua, então devemos apostar numa perspetiva preventiva com distanciamento das soluções punitivas.

Para isso, apostemos numa política sócio – criminal, que defenda e promova a educação sexual e a defesa dos direitos sexuais, como

¹³²Em Portugal não se regista uma diminuição da prostituição, é um modelo não eficaz.

¹³³*“Quer a ausência da regulamentação, quer o efeito de contaminação [“ao envolver o exercício da prostituição numa “redoma de clandestinidade”, incriminando todas as esferas de contacto com a mesma, o Direito promove um efeito de “contaminação de ilicitude”] irão, em contrapartida, deixar o espaço do exercício da prostituição livre para a intervenção de agentes ou de associações criminosas, o que vem aumentar os fatores de risco para as pessoas que se prostituem.”* Neste sentido, LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016, p.102.

alternativa à criminalização de certas condutas.¹³⁴ Apostemos numa política de Prevenção e não de Reação.¹³⁵ Só assim cumpriremos, o postulado no art. 18º, nº2 da CRP - de onde se retira que o direito penal constitui a *ultima ratio*, sendo a sua intervenção subsidiária. Ou seja, nesta aceção, o Estado “só pode intervir nos casos em que todos os outros meios da política social, em particular da política jurídica não-penal, se revelem insuficientes ou inadequados.”¹³⁶

Caso contrário, entrariamos em contradição com o princípio da proibição do excesso.

Deste modo, a intervenção deve ser feita através “de meios não penais de controlo social”, como o ensino para a sexualidade (enquanto direito fundamental). É fundamental ensinar que o corpo tem de ser respeitado e alertar para as realidades da prostituição. «É preciso desenvolver um “direito democrático da sexualidade”». ¹³⁷

É imprescindível que todos se consciencializem, que se sensibilizem para esta realidade presente no nosso dia-a-dia, presente em todas as classes sociais e credos religiosos, incluindo também o catolicismo.¹³⁸

Mantendo-me favorável à legalização da prostituição, cumpre-me por último analisar a sua conformidade com a Constituição, o direito comunitário e o direito laboral.

A legalização implicará sempre alterações legislativas. De facto, a nível penal acarreta a descriminalização do art. 169º, nº1 do CP, do

¹³⁴RIOS, Roger Raupp, *Em defesa dos Direitos Sexuais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, editora, 2007, p. 22: “Trata-se, portanto, de elaborar um Direito da Sexualidade que tente evitar estes perigos [rótulos e imposições heterónomas], informado, (...) pelos princípios da liberdade e igualdade”.

¹³⁵LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016.

¹³⁶DIAS, Jorge de Figueiredo, Ob. Cit., 2012, pp.128 e 129.

¹³⁷RIOS, Roger Raupp, Ob. Cit., 2007, p.15.

¹³⁸Faço alusão ao Catolicismo, uma vez que a Bíblia faz referência em várias passagens às meretrizes, uma vezes defendendo-as, outras condenando-as: v.g “*Hebreus 11:31 Pela fé Raabe, a meretriz, não pereceu com os desobedientes, tendo acolhido em paz os espias.*”

lenocínio simples, mas impõe também alterações no panorama jurídico-laboral. Contudo, estas alterações não colocam em causa o direito constitucional e o direito comunitário.

Vejamos: a nível constitucional a legalização da prostituição não ofende os princípios gerais do Estado de Direito Democrático, Estado esse, que confere, através do princípio da liberdade, a possibilidade da pessoa definir o conteúdo e o uso concretos da sua liberdade. Aliás, creio que a regulamentação é uma forma de assegurar e fomentar os direitos fundamentais¹³⁹ previstos na CRP, nomeadamente nos seus arts. 1º, 2º, 9º b), d) e h), 12º, 26º, 47º, 58º, n.º2 b) e 59º, n.º1 b) e n.º 2 c).

É importante relembrar que está em causa a esfera da atuação pessoal do cidadão, ou seja, a sua autonomia, auto-realização e liberdade de consciência. Neste sentido, considero que a legalização da prostituição não ofende os limites previstos, a título de exemplo, nos arts.149º, n.º 2 e art. 38º n.º 1 e n.º 3, ambos do CP, bem como os arts. da CRP supra mencionados. A meu ver, a autodeterminação e liberdade sexual constituem um direito fundamental que, em nada contraria a dignidade da pessoa humana, em qualquer das suas dimensões, seja ela física, sexual ou intelectual.

Por outro lado, “a Constituição de 1976 consagrou em sede de direitos fundamentais, os principais direitos dos trabalhadores. (...) No domínio do direito das situações laborais individuais, destacam-se, entre outros, o direito ao trabalho (art. 58º), o direito a boas condições de trabalho e à igualdade de oportunidades e tratamento”.¹⁴⁰

Constata-se que as “normas laborais são orientadas pelo escopo da proteção do trabalhador”, parece-me que, a ratio dos preceitos

¹³⁹Para José Melo Alexandrino, os direitos fundamentais são situações jurídicas universais, permanentes, pessoais, não patrimoniais e indisponíveis- V. ALEXANDRINO, José Melo, *Direitos Fundamentais: Introdução Geral*, 2ª ed., Cascais: Edição Princípia, Setembro 2011, pp. 24 e 25.

¹⁴⁰RAMALHO, Maria do Rosário Palma, *Tratado de Direito do Trabalho, parte I - Dogmática geral*, 3ª ed., Coimbra: Edições Almedina, S.A, Dezembro de 2012, p. 87.

constitucionais não colide com o ato de prostituição enquanto atividade.¹⁴¹

Já a nível comunitário e internacional¹⁴², várias foram as convenções e recomendações aprovadas no sentido de eliminar a prostituição feita através da exploração de outrem, do tráfico de pessoas, da discriminação e da desigualdade de género.

- I. A Convenção Internacional Para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, adotada em Genebra a 30 de Setembro de 1921, e que entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em 1923.
- II. A Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e Exploração da Prostituição de outrem de 1950¹⁴³, entrou em vigor na ordem jurídica Portuguesa no ano de 1992 e apela à punição da conduta de quem explore a prostituição de outrem. Mas em nada acrescenta “sobre o *modus* e os parâmetros legais em que o combate à prostituição deve ser travado.”¹⁴⁴
- III. Temos também a Convenção Do Conselho Da Europa relativa à Luta Contra O Tráfico De Seres Humanos, assinada por Portugal em 2005.¹⁴⁵
- IV. Deve mencionar-se, ainda a nível de Resoluções, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a Exploração da

¹⁴¹RAMALHO, Maria do Rosário Palma, Ob. cit., Dezembro de 2012, p. 88.

¹⁴²“O Direito Internacional Público é recebido no ordenamento jurídico português, de acordo com o disposto no art. 8º da Constituição da República Portuguesa.” V. CARVALHO, Isabel Maria Felgueiras T. de *Noções Fundamentais de Direito Comunitário*, Porto: Ecla Editora, 1993, p. 155.

¹⁴³Cujo Preâmbulo, refere: “Considerando que a prostituição e o mal que a acompanha, a saber, o tráfico de pessoas com vista à prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana (...)” v. DUARTE, Fátima, *Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças: Colectânea de textos legais e de instrumentos internacionais*, Cadernos Condição Feminina, Lisboa Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 2000, p. 21.

¹⁴⁴V. ALMEIDA, Carlota Pizarro de, 2005, p. 30.

¹⁴⁵Disponível em: http://www.dgpi.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/convencao-do-conselho-da/

Prostituição e o Tráfico de Seres Humanos (de 16 de Maio de 1989).

- V. A nível de Recomendações¹⁴⁶ do Conselho da Europa, temos a Recomendação sobre a Exploração Sexual, a Pornografia, a Prostituição e o Tráfico de Crianças e Jovens Adultos (de 9 de Setembro de 1991) e a Recomendação sobre o Tráfico de Mulheres e a Prostituição Forçada nos Estados-Membros do Conselho da Europa (de 1997).
- VI. Por fim, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 1998, que prevê no seu artigo 8º que a prostituição forçada é considerada um crime de guerra: “xxii) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do parágrafo 2.º do artigo 7.º, esterilização à força e qualquer outra forma de violência sexual que constitua também um desrespeito grave às Convenções de Genebra”;¹⁴⁷

Estes e outros instrumentos abordam, direta ou indiretamente, o tema da prostituição. Não obstante, todos se reportam a casos em que existe uma violação flagrante dos direitos humanos, uma vez que estão previstos atos de violência, coação, tráfico, desigualdade de partes e outros. Ora, sempre que estejamos perante um destes elementos ou situações, estamos perante um crime, e nestes casos é indiscutível que se devam manter tipificados como tal.

¹⁴⁶Por Recomendações entende-se “*actos unilaterais da Comissão, cujos destinatários podem ser ou o Conselho ou os próprios Estados, que visam aconselhar a adopção de certo tipo de atitude face a uma determinada questão, para prossecução do interesse da Comunidade.*”- CARVALHO, Isabel Maria Felgueiras T., 1993, p. 147.

¹⁴⁷Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf

Já o que defendo é a legalização do ato de prostituição entre adultos (maiores de 18 anos), quando o exercem de forma livre e esclarecida.

Acrescento que, embora a promoção da igualdade de géneros seja um dos objetivos dos instrumentos comunitários e internacionais, acredito que a legalização permitirá criar um equilíbrio entre partes.¹⁴⁸

Deste modo, não vejo incompatibilidades com o direito internacional e comunitário.

A última questão que coloco, quanto à legalização da atividade sexual no nosso sistema jurídico, é se podemos equiparar a prostituição a outro negócio ou profissão.

A minha resposta tendencial é a seguinte: acredito que “a mera liberalização sem regras não é adequada para proteger a pessoa que se prostitui.”¹⁴⁹

Não sendo a prostituição aceite pela sociedade e sendo considerada, na maioria das vezes, um mal menor e uma relação desigual entre as partes, ela necessita de uma figura própria.¹⁵⁰

Posto isto, como deve ser enquadrada a prostituição do ponto de vista jurídico-laboral?

Creio que a prostituição deva ser enquadrada nas figuras do contrato de prestação de serviços¹⁵¹ e do contrato de trabalho.¹⁵²

¹⁴⁸É uma evidência histórica a desigualdade entre o homem e a mulher, principalmente neste tema. Acredito que a regulamentação da atividade equilibre a posição das partes, uma vez que confere poderes de decisão ao trabalhador do sexo, que na grande maioria é do sexo feminino, e mais importante disponibiliza mecanismos sancionatórios quando exista uma situação de abuso por parte do cliente ou do “empregador”.

¹⁴⁹LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016, p. 110.

¹⁵⁰A Alexandra Oliveira, ob. Cit., 2011, pp. 74 e 75 inclui, nos termos atuais, a prostituição no sector laboral informal, uma vez que “há uma ausência de regulação das actividades económicas pelo Estado, seja no domínio das relações de produção, seja no das relações de troca; a ausência de legalidade, embora não necessariamente a ausência de uma lógica de mercado.”

Do meu ponto de vista, caso a prostituição fosse legalizada, seria desejável que os/as trabalhadores/as do sexo optassem, de forma prevaiente, pelo contrato de prestação de serviços.

De facto, a opção por esta figura garantirá, à partida, uma maior proteção da autodeterminação sexual da pessoa que se prostitui. Em primeiro lugar, porque é ela própria que decide se quer ou não prestar o serviço, a forma como o presta e as regras e os limites que vão reger a prestação do mesmo.

Entretanto, numa situação em que o profissional do sexo seja trabalhador dependente de outrem, entre nós, e face à legislação em vigor, o proxeneta/empregador teria de ver o seu poder de direção, pelo menos em parte, diminuído ou comprometido. Efetivamente, será o proxeneta o empregador, podendo o mesmo insistir e condicionar o trabalhador pela sua posição hierárquica superior, no que respeita ao serviço prestado.

Na minha opinião, é sempre preferível uma situação em que o trabalhador do sexo seja o seu próprio “chefe”.

Contudo, não sou totalmente contra a prática da prostituição através de um contrato de trabalho subordinado¹⁵³. Naturalmente, o mesmo terá vantagens, designadamente no que respeita v.g às contribuições que os trabalhadores do sexo têm de pagar à Segurança Social, ao reconhecimento do direito a férias, art. 237º e ss. do CT, aos subsídios de férias e Natal, ao nível do procedimento de despedimento

¹⁵¹Art. 1154º do CC: “Contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição.” Este tipo de contrato pressupõe que o trabalhador seja independente, tendo este que emitir faturas, vulgarmente conhecidas como os recibos verdes.

¹⁵²Art. 11º CT: “Contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade a outra ou outras pessoas, no âmbito da organização e sob autoridade destas.” Este tipo de contrato caracteriza-se pelo elemento da subordinação jurídica, pelo poder de direção e poder disciplinar.

¹⁵³No contrato de trabalho há um elemento característico, a subordinação: o trabalhador disponibiliza a sua força de trabalho nos termos pretendidos pela entidade empregadora, e esta, por sua vez, retribui monetariamente pelo trabalho executado. Há assim, o dever de obediência por parte do trabalhador, conforme resulta do art. 128º, n.º 1 e) do CT.

em que é exigido ao empregador uma “justa causa” de despedimento, art. 351º do CT.

O essencial é que a liberdade e autodeterminação sexual da pessoa que se prostitui seja salvaguardada e que, em consequência, esta possa, em certas situações, desobedecer ao superior hierárquico.

Essa salvaguarda pode ser feita através de uma cláusula protetora que estipule que a assinatura do contrato por parte do prestador de serviços, ou seja, a celebração formal do contrato, não se traduz no consentimento para a prática de todo e qualquer ato sexual que daí decorra.

Não é fácil desenhar uma solução equilibrada, em que os efeitos essenciais do contrato trabalho se produzam sem interferências maiores e que, ao mesmo tempo, a autodeterminação sexual da prostituta seja garantida.

A ser considerado contrato de trabalho, seria sempre um contrato atípico¹⁵⁴, pela eventual ausência, ou redução, do elemento da subordinação. Eventual, na medida em que sendo uma profissão que comporta alguns riscos e um forte risco de exploração, é preciso garantir que o trabalhador do sexo possa recusar livremente uma ordem/direção quer esta provenha do empregador, quer do cliente.

Para vigorar como contrato atípico de trabalho, teria de ficar explícito que a celebração do contrato não se traduziria no consentimento livre e esclarecido de todo e qualquer ato sexual na execução do mesmo. O consentimento do trabalhador teria de ser prestado caso a caso, e naturalmente teria de ser respeitada a recusa da prática da prostituição com determinadas pessoas.

¹⁵⁴ “A atipicidade (...) inclui as relações de trabalho não subordinadas, apenas economicamente subordinadas ou mesmo juridicamente subordinadas mas que, pela estrutura triangular (ou angular) da relação jurídica estabelecida, não se enquadram no conceito- tipo de relação de trabalho.” V. SANTOS, Sabina Pereira dos, *Direito do Trabalho e Política Social na União Europeia*, 1ª ed., S. João do Estoril- Cascais: Principia, Maio, 2000, p. 32.

Embora, nestes casos, se contrarie, em certa medida, o princípio de obediência do trabalhador, previsto no art. 128º, n.º 1 e) do CT, só desta forma, se poderia, eventualmente, garantir a liberdade e autodeterminação sexual das pessoas prostituídas.

Como já referi, a prostituição precisa de uma figura própria, de regras específicas, uma vez que comporta mais riscos, quer a nível de segurança, quer a nível de saúde, quer a nível de situações de exploração, comparativamente a certas profissões, pelo que esta atipicidade é justificada pela própria essência da atividade.

Optando por uma figura ou outra, pode afirmar-se que o trabalho¹⁵⁵ é uma figura essencial na vida social e pessoal do trabalhador.

Trabalhar também é considerada uma necessidade humana, uma vez que permite ao cidadão adquirir bens essenciais à sua subsistência, tais como comida e vestuário; por outro lado permite ter um maior conforto na vida, uma vez que possibilita ter uma habitação e um melhor acesso aos médicos. Para além do trabalho ser considerado uma necessidade humana, muitas vezes é a expressão da realização pessoal, pelo que caso seja esta a opção da pessoa que se prostitui, só nos cabe dignificá-la socialmente.

De referir ainda que, “em todas as sociedades, ao longo da história, o uso do corpo em determinadas profissões sempre foi uma realidade amplamente aceite e, não poucas vezes, objeto de admiração e elogio quer pelo esforço físico envolvido, pela capacidade de superação humana ou mesmo pela beleza associada. Das artes performativas, à agricultura, passando pelas profissões manuais e até

¹⁵⁵ *O Trabalho tem várias valências, numa acepção moral e filosófica, o Trabalho é encarado como um meio de realização espiritual e de promoção humana; numa acepção económica, é perspectivado como um factor de produção; numa acepção sociológica, é visto como uma fonte profícua de relações e de conflitos sociais; e, finalmente, do ponto de vista jurídico, é uma actividade humana, desenvolvida para satisfação de necessidades de outrem. Neste sentido, RAMALHO, Maria do Rosário Palma, Ob. cit., Dezembro de 2012, p. 17.*

mesmo, mais recentemente, pelos testes clínicos em humanos, o corpo constituiu em muitos dos ofícios o principal instrumento de trabalho.”¹⁵⁶

Deste modo, a solução que apresento é a seguinte:

Deve ser criado um sistema de prostituição que:

- I. Defina de forma objetiva e clara os seguintes conceitos e atos relacionados: prostituir-se, prostituição, cliente, empregador, trabalhador do sexo, consentimento livre e esclarecido, maioridade, de recusa, serviços sexuais, espaços públicos, bordéis, “indoors”, contrato de prostituição/ prostitucional e outras ideias pertinentes;
- II. Esclareça e determine que nenhum negócio jurídico celebrado no âmbito da prostituição (cumpridos os requisitos de consentimento livre e esclarecido, e maioridade) possa ser considerado nulo nos termos do art. 280º n.º2 do CC.¹⁵⁷
- III. Proíba a prostituição de menores de 18 anos;¹⁵⁸

¹⁵⁶Moção Setorial “Regulamentar a Prostituição – Uma questão de dignidade” XXI Congresso Nacional do Partido Socialista, p. 4 <http://juventudesocialista.pt/juventudesocialista/wp-content/uploads/2016/05/Mo%C3%A7%C3%A3o-Sectorial-Regulamentar-a-prostitui%C3%A7%C3%A3o-Uma-quest%C3%A3o-de-dignidade-1.pdf>

¹⁵⁷ Sendo que a expressão «ofensivo aos bons costumes» presente no artigo em causa, é uma “noção variável, com os tempos e os lugares”, considero que se deva recorrer a uma interpretação atualista. V. AMADO, João Leal, “Contrato de trabalho prostitucional?” *Questões Laborais*, Coimbra: Coimbra Editora, N.º 20, Ano IX- 2002, p. 238.

¹⁵⁸ Embora sejamos confrontados no nosso ordenamento jurídico com o anacronismo de a maioridade civil ser aos 18 anos e a penal aos 16 anos. A maioridade, neste caso, reporta-se à maioridade civil, ou seja, 18 anos, uma vez que não está em causa o modelo do proibicionismo. V. PERALTA, Maria do Carmo, Relatório de 2012 da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos apresentando na Assembleia da República, disponível em:

<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a51574e3061585a705a47466b5a554e7662576c7a633246764c7a4d344e7a4d325a6a4d304c57466d4e5455744e44646d5a5330354e4455794c57526a4d6d4d314e444e6a4e6d49795a6935775a47593d&fich=38736f34-af55-47fe-9452-dc2c543c6b2f.pdf&Inline=true>
A discussão possível recai na possibilidade à prostituição se estender o regime de trabalho de menores, previsto nos arts. 66º e ss. do CT. Segundo o art. 68º do CT, um menor só é admitido a prestar um trabalho se preencher certos requisitos: se tiver completado 16 anos, se tiver concluído a escolaridade obrigatória ou esteja matriculado e a frequentar o nível secundário de educação e disponha de capacidades físicas e psíquicas adequadas ao posto de trabalho. Considerando que a prostituição pode ser um trabalho complexo e exigente quer a nível

- IV. Imponha a existência de um consentimento livre e esclarecido por parte de quem pratica o ato. "É importante reconhecer que um indivíduo adulto é capaz de fazer escolhas e, numa relação laboral, não só de negociar e concordar, mas também de, conscientemente, se opor e rejeitar."¹⁵⁹ Tal como é importante ressaltar que a celebração do contrato de trabalho não constitui consentimento;
- V. Apele à criação de um sindicato dos trabalhadores do sexo;
- VI. Desenvolva a educação sexual nas escolas, implementando em determinadas disciplinas programas de sensibilização; bem como a consciencialização da opinião pública para a realidade da prostituição;
- VII. Assegure e preveja os direitos fundamentais dos trabalhadores, enquanto cidadãos;
- VIII. Assegure o acesso ao sistema de Saúde;
- IX. Permita o acesso a consultas de rotina e de assistência aos profissionais do sexo, criando para o efeito uma rede de serviços sociais ou subvencionados pelo Estado;
- X. Assegure o acompanhamento dos trabalhadores que queiram abandonar a prostituição;
- XI. Assegure o acesso à Justiça;

psicológico, quer a nível físico, considero que, por um lado, a maioria dos jovens com menos de 18 anos e mais de 15 anos, não estão preparados biológica e psicologicamente para o exercer. Por outro lado, se o nosso objetivo é a educação sexual e a diminuição da prostituição, então, faz todo o sentido proibir a atividade a menores de 18 anos. De referir ainda, que é crime o recurso à prostituição de menor entre 14 e 18 anos, conforme o art. 174º do CP.

¹⁵⁹ Moção Setorial "Regulamentar a Prostituição – Uma questão de dignidade" XXI Congresso Nacional do Partido Socialista, p. 3 <http://juventudesocialista.pt/juventudesocialista/wp-content/uploads/2016/05/Mo%C3%A7%C3%A3o-Sectorial-Regulamentar-a-prostitui%C3%A7%C3%A3o-Uma-quest%C3%A3o-de-dignidade-1.pdf>

- XII. Crie uma autoridade semelhante à ASAE, como forma de controlo de higienização e condições mínimas de trabalho em espaços abertos ao “público” (não com incidência nos trabalhadores);
- XIII. Permita o recurso a empréstimos, nomeadamente de habitação;
- XIV. Permita descontos para a Segurança Social;
- XV. Permita e assegure uma estreita cooperação entre profissionais do sexo e autoridades policiais;
- XVI. Que continue a assegurar o apoio imediato a pessoas em situações de violência, coação, tráfico (...);
- XVII. Crie uma cláusula que salvguarde e permita ao trabalhador a recusa do pedido feito, quer pelo cliente quer pelo empregador.

Sabemos que o sucesso de qualquer modelo está diretamente relacionado com fatores como: a forma de regulamentação, a estrutura económica do país, a perceção social do tema, o nível de criminalidade no que toca a tráfico de pessoas, entre outros.

Naturalmente, a primeira medida terá de atuar sempre ao nível de perceção social do problema: a prostituição tem de deixar de constituir um tema fraturante da sociedade. Para isso, “o debate deverá libertar-se de postulados dogmáticos e ideológicos e concentrar-se no respeito pelos valores constitucionais assumindo como finalidade a proteção de bens jurídicos.”¹⁶⁰

Em suma, impõe-se ao Estado, como tarefa fundamental, a criação de um sistema que promova o bem-estar e qualidade de vida do povo, conforme o disposto no art. 9º da CRP, para isso, é necessário assegurar o direito à liberdade sexual e autodeterminação sexual (art. 1º da CRP), o direito à liberdade de escolha de profissão (art.47º da CRP), direito ao

¹⁶⁰LEITE, Inês Ferreira, Ob. Cit., 08-2016, p. 107.

trabalho (art. 58º CRP), o direito da autonomia individual, o direito à identidade pessoal e desenvolvimento da personalidade (art. 26º da CRP) e o direito à consciência (art. 41º CRP) dos profissionais do sexo enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores, é fundamental garantir que os mesmos são exercidos de forma plena.¹⁶¹

¹⁶¹ Este sistema foi baseado no modelo da Nova Zelândia, o modelo conta cada vez com mais defensores, desde: a Organização Mundial de Saúde, a Human Rights International, a Amnistia Internacional, a Organização Internacional do Trabalho, a Plataforma das Nações Unidas para combater a disseminação do vírus do VIH, a Global Alliance Against Traffic Human e a Open Society Foundation. Neste sentido, v. Prós e Contras, *Concorda com a legalização da prostituição?* 20 de Março de 2017.

BIBLIOGRAFIA:

Monografias:

- ALEXANDRINO, José Melo, **Direitos Fundamentais: Introdução Geral**, 2ª ed., Cascais: Edição Princípia, Setembro 2011, ISBN 978-989-7160-32-5
- **Anuario de Derecho Penal i Ciencias Penales**, Madrid: editado por Instituto Nacional de Estudios Juridicos Duque de Medinaceli, Tomo 17 Fasc. I Enero Abril de 1964, 6 y 8
- CARMO, Rui/GUERRA, Paulo/ALBERTO, Isabel Maria Marques, **O abuso sexual de menores: uma conversa sobre justiça entre o Direito e a Psicologia**, 2ª ed., Coimbra: Almedina, 2006
- CARVALHO, Isabel Maria Felgueiras T. de **Noções Fundamentais de Direito Comunitário**, Porto: Ecla Editora, 1993, ISBN 972-9427-77-1
- COELHO, Bernardo, **Corpo Adentro, Prostitutas, Acompanhantes em processo de invenção de si**, Lisboa: Difel, 2009, ISBN 9789722909693
- COSTA, José Martins Barra da/ALVES, Lurdes Barata, **Prostituição 2001: O Masculino e o Feminino de Rua**, Lisboa, Edições Colibri, 2001, DL: 162 616/01
- CRUZ, Francisco Ignacio dos Santos, **Da Prostituição na Cidade de Lisboa: ou considerações históricas, higiénicas e administrativas em geral sobre as prostitutas, em especial na referida cidade; com a exposição da legislação portuguesa a seu respeito e proposta de medidas regulamentares necessárias para a manutenção da saúde pública e da moral,**

- 1841**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, coleção Portugal de Perto, N.º5, 1984
- DIAS, Jorge de Figueiredo, **Direito Penal Parte Geral Tomo I Questões Fundamentais A Doutrina Geral do Crime**, 2ª ed., 2ª reimpressão, Coimbra: Coimbra Editora, Outubro 2012, ISBN: 978-972-32-2108-4
 - **Dicionário Universal da Língua Portuguesa**, 1ª ed., Lisboa: Texto editora, Lda, 1995, ISBN: 972-470662-1
 - DUARTE, Fátima, **Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças: Colectânea de textos legais e de instrumentos internacionais**, Cadernos Condição Feminina, Lisboa Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 2000, ISBN 972-597-195-7
 - DUFOUR, Pedro, **História da prostituição em todos os povos do Mundo desde a mais remota antiguidade até aos nossos dias: sobre a história da Prostituição em Portugal**, Lisboa: editora Escriptorio e officina typographica, 1885
 - FONSECA, Ângelo Rodrigues da, **Da Prostituição em Portugal**, Porto: Typographia Occidental, 1902
 - GARCIA, M. Miguez, **Direito Penal Passo a Passo**, 2ª ed., Vol. I Almedina, 2015
 - HAECHE, Anne Van, **La prostituée Statut et image**, Bruxelles: Éditions de l'université de Bruxelles, 1973
 - LAVAUD-LEGENDRE, Bénédicte, **Le droit penal, la morale et la prostitution: Des liaisons dangereuses**, Paris: DROITS, Revue Française de Théorie, de Philosophie et de Culture Juridiques, N.º49, 2009

- MORAIS, Carlos Blanco, **Direito Constitucional, Sumários Desenvolvidos**, AAFDL, 2009
- MOURAZ, José Lopes, **Os Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no código penal**, 3ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2002, ISBN: 972-32-0852-0
- NATSCHERADETZ, Karl Prehaz **Direito Penal Sexual: conteúdos e limites**, Coimbra: Almedina, Faculdade de Direito de Lisboa, 1985 p. Dissertação Curso de Pós- Graduação
- OLIVEIRA, Alexandra, **Andar na Vida: Prostituição de Rua e Reação Social**, Coimbra: Edições Almedina, S.A, Outubro 2011, ISBN 978-972-40-4443-9
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma, **Tratado de Direito do Trabalho, parte I - Dogmática geral**, 3ª ed., Coimbra: Edições Almedina, S.A, Dezembro de 2012, ISBN 978-972-40-5030-0
- RIOS, Roger Raupp, **Em defesa dos Direitos Sexuais**, Porto Alegre: Livraria do Advogado, editora, 2007, ISBN 978-85-7348-483-0
- RIPOLLÉS, José Luis Díez, **La Protección de la libertad sexual, Insuficiencias actuales y propuestas de reforma**, Barcelona: Bosch, Casa Editorial S.A, 1985, ISBN: 84-7162-979-8
- RODRIGUES, Anabela Miranda/ FIDALGO, Sónia, Anotações ao art. 169º do Código Penal, *in* **Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial Tomo I**, DIAS Jorge de Figueiredo, 2ªed. Coimbra: Coimbra Editora, Maio 2012, ISBN: 978-972-32-2061-2

- SANI, Ana Isabel, **Temas em Vitimologia: Realidades Emergentes na vitimação e respostas sociais**, Coimbra: Almedina, Maio 2011, ISBN: 978-972-40-4548-1
- SANTOS, Sabina Pereira dos, **Direito do Trabalho e Política Social na União Europeia**, 1ª ed., S. João do Estoril- Cascais: Principia, Maio, 2000, ISBN 972- 8500- 27- 0
- SILVA, Fernando **Direito Penal Especial: Os crimes contra as pessoas**, 2ª ed., Lisboa: Quid júris, sociedade editora, 2008

Periódicos:

- ALMEIDA, Carlota Pizarro de, **O Crime de Lenocínio no artigo 170º, n.º1, do Código Penal: Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º144/04**, *Jurisprudência Constitucional*, Coimbra: Coimbra Editora, ISSN: 1645-9938, N.º7, Julho/Setembro 2005
- AMADO, João Leal, **Contrato de trabalho prostitucional?**, *Questões Laborais*, Coimbra: Coimbra Editora, ISSN: 0872-8267, N.º 20, Ano IX- 2002
- BENTO, Messias, **Algumas Considerações sobre a Prostituição**, *Separata da Revista de Direito e Estudos Sociais*, Coimbra, N.º 1-2-3-4, Ano XVIII- Janeiro/Dezembro
- BRAGANÇA, João António Fernandes, **Breves Considerações sobre a Prostituição**, Lisboa, 1875
- COSTA, José Martins Barra da, **O crime de Lenocínio. Harmonizar o Direito, compatibilizar a prostituição**, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra: Coimbra, ISSN: 0871-8563, N.º 3, Ano 12, Julho- Setembro, 2002
- DUARTE, Jorge Duarte, **Crime de lenocínio: unidade ou pluralidade de infracções**, *Revista Sub Judice justiça e*

sociedade, Almedina, ISSN: 0872-2137 N.º 26, Outubro/Dezembro 2003

- FEINBERG, Gary, **Prostitution in the Netherlands: Transforming the World's Oldest Profession into the World's Newest Industry**, *Crime & Justice International*, Number 76, Vol. 19, September/October 2003
- GARNEL, Maria Rita Lino, **A loucura da Prostituição**, *Themis Revista de Direito*, Coimbra: Livraria Almedina, DL 149844/00, N.º.5, Ano III.5, Novembro 2002
- MALAFAIA, Joaquim, **A inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 169º no Código Penal**, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra: Coimbra Editora, ISSN: 0871-8563, N.º 1, Ano 19, Janeiro-Março 2009
- MANITA Celina; OLIVEIRA Alexandra, **Estudo de caracterização da Prostituição de Rua no Porto e Matosinhos “Investigação integrada no Projecto “De Rua em Rua”, Cadernos Condição Feminina**, Porto: Comissão para a igualdade e para os direitos das Mulheres, 2002
- OLIVEIRA, Alexandra, 11 de Março de 2017, **Uma Oportunidade para um modelo português da Prostituição**, *Jornal “O Público”*, Edição Lisboa, nº9823 Ano XXVIII
- OLIVEIRA, Alexandra, **História jurídico-legislativa da prostituição em Portugal**, *Revista do Ministério Público*, Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ISSN: 0870-6107, NR.98, Ano 25º, Abril-Junho 2004

- PAIS, José Machado, **A Prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX**, *Análise Social*, [s.l], [s.n], vol. XIX (77-78-79), 1983-3
- SILVA, Manuel Carlos; MACHADO, Helena; SILVA Susana, **Direito, Ciência e o Corpo Feminino: A Prostituição como «Objecto de Fronteira»**, *Sociedade e Cultura* 4 - Cadernos O Noroeste. Série sociologia, ISSN: 0870-9874, vol. 18 (1-2), 2002
- PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, **O tratamento jurídico da Prostituição**, *Brotéria* Cristianismo e Cultura, Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, ISSN: 54960/92, vol. 167, N.º4, Outubro 2008
- LEITE, Inês Ferreira, **Prostituição: feminismo e capitalismo no debate legalização v. Incriminação**, *Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, coordenação de Isabel Henriques de Jesus e Zília Osório de Castro, ISBN: 9770874688017, N.º 35, , 08-2016
- LEITE, Inês Ferreira, **A tutela penal da liberdade sexual**, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra: Coimbra Editora, ISSN:0871-8563, N.º21, 2011

Web:

- ALBERTO, José Maria, **Dos Crimes sexuais: Do Crime de Lenocínio em especial. O novo paradigma da criminalidade sexual**, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Criminais, disponível em [http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/290/1/DOS%20CRIMES%20SEXUAIS.%20DO%20CRIME%20DE%20LENOC%C3%8DNIO%](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/290/1/DOS%20CRIMES%20SEXUAIS.%20DO%20CRIME%20DE%20LENOC%C3%8DNIO%20)

[20EM%20ESPECIAL.%20O%20NOVO%20PARADIGMA%20DA%20CRIMINALIDADE%20SEXUAL..pdf](#)

- BARNETT, Laura/CASAVANT, Lyne, **Prostitution: A Review of Legislation in Selected Countries**, Library of Parliament- Legal and Social Affairs Division Parliamentary Information and Research Service, Publication N.º. 2011-115-E 3, November 2011, *Revised 21 July 2014*, disponível em: <http://www.res.parl.gc.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2011-115-e.pdf>
- Canadian HIV| AIDS Legal Network, **Sex Work Law Reform in Canada: Considering problems with the Nordic model**, Toronto: Briefing Paper | January 2013, disponível em: <http://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/NordicBrief-ENG.pdf>
- Declaração dos Direitos Sexuais, World Association for sexual health <http://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>
- FERREIRA, Fátima Campos, Prós e Contras: **Concorda com a legalização da prostituição?** 20 de Março de 2017, disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3033/e279430/pros-e-contras/564311>
- Infópédia, Dicionários da Porto Editora, disponível: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/prostitui%C3%A7%C3%A3o>
- KOSTER, Katherine **Legal in Theory: Germany's Sex Trade Laws and Why They Have Nothing to Do With Amnesty Sex Work Proposal**, The World Post, by, disponível em http://www.huffingtonpost.com/katherinekoster/legalintheorygermanys_b_8037820.html

- Moção Setorial, **Regulamentar a Prostituição – Uma questão de dignidade**, XXI Congresso Nacional do Partido Socialista, disponível em: http://juventudesocialista.pt/juventudesocialista/wp-content/uploads/2016/05/Mo%C3%A7%C3%A3o-Sectorial-Regulamentar-a-prostitui%C3%A7%C3%A3o_Uma-quest%C3%A3o-de-dignidade-1.pdf
- MUJAJ, Endrit; NETSCHER, Amanda, **Prostitution in Sweden: The extent and development of prostitution in Sweden 2014**, Production: Country Administrative Board of Stockholm, 2015, ISBN: 978-91-7281-650-3, Disponível em: <http://www.lansstyrelsen.se/stockholm/SiteCollectionDocuments/Sv/publikationer/2015/rapport-2015-18.pdf>
- PALMA, Maria Fernanda, **Conceito material de crime, direitos fundamentais e reforma penal**, *Revista Anatomia do Crime*, Revista de Ciências Jurídico- Criminais, N.º 0, Julho – Dezembro de 2014, também disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/TQB_MA_22910.pdf
- PATTO, Pedro Vaz, **Legalizar a prostituição**, Associação dos juristas Católicos, disponível em: http://www.ajuristascatolicos.com/uploads/5/6/3/0/56307077/papel_timbrado_ajc.pdf
- Paul Bellamy Parliamentary Library Research Paper “Prostitution law reform in New Zealand” 10 July 2012, disponível em: <https://www.parliament.nz/en/pb/research-papers/document/00PLSocRP12051/prostitution-law-reform-in-new-zealand>
- PERALTA, Maria do Carmo, Relatório de 2012 da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos

apresentando na Assembleia da República, Lisboa, 4 de Junho de 2012, N.º 434212, disponível em:

<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a51574e3061585a705a47466b5a554e7662576c7a633246764c7a4d344e7a4d325a6a4d304c57466d4e5455744e44646d5a5330354e4455794c57526a4d6d4d314e444e6a4e6d49795a6935775a47593d&fich=38736f34-af55-47fe-9452-dc2c543c6b2f.pdf&Inline=true>

- Posição da Posição da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), **Sobre a moção setorial ‘Regulamentar a Prostituição – uma questão de dignidade’ a apresentar pela juventude socialista ao XXI Congresso Nacional do Partido Socialista**, Lisboa, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 3 de Junho de 2016, disponível em: www.plataformamulheres.org.pt
- Prós e Contras, **Concorda com a legalização da prostituição?** 20 de Março de 2017, disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3033/e279430/pros-e-contras> e <https://www.rtp.pt/play/p3033/e279430/pros-e-contras/564311>
- Prostitution Law Review Committee on the Operation of the Prostitution Reform, disponível em: <http://prostitutescollective.net/wp-content/uploads/2016/10/report-of-the-nz-prostitution-law-committee-2008.pdf>
- PROST G, disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/prostg/BJNR398310001.html>

- SILVA, Susana, Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social*, VOL XLII, 184, 2007, 789-810. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000300005
- TAVARES, Manuela, **Prostituição: Diferentes posicionamentos no movimento feminista**, disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>
- Wetenschappelijk Onderzoek- en Documentatiecentrum Ministerie van Veiligheid en Justicie, **Prostitution in the Netherlands in 2014**, Cahier 2015-1^a, disponível em: <https://english.wodc.nl/onderzoeksdatabase/2389d-nulmeting-wrp-overkoepelend-rapport.aspx?cp=45&cs=6799>
- YAN, Holly, **France: Prostitution now legal, paying for sex illegal**, CNN, by, April, 7, 2016, disponível em: <http://edition.cnn.com/2016/04/07/europe/france-prostitution/>

JURISPRUDÊNCIA:

- AC. TRP, de 8 de Fevereiro de 2017, Relator João Pedro Nunes Maldonado, disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/32eeadd481f2b45802580d7003b28ff?OpenDocument>
- AC. TRL n.º4591/2008-3, de 11 de fevereiro de 2009, Relator Pedro Mourão, disponível no site: www.dsgi.pt

- AC. TRC, de 10-07-2013, Relator Fernando Chaves, disponível em: <https://www.trc.pt/index.php/jurisprudencia-do-trc/direito-penal/3838-recpen61104taacnc1>
- AC. TC n.º 641/2016, Relator Conselheiro Fernando Ventura
- AC TC n.º 168/99, de 10 Março de 1999, Relatora Maria dos Prazeres Pizarro Beleza
- Ac. Do TC n.º144/2004, Relatora Conselheira Maria Fernanda Palma
- Ac. TC nº 577/2011, Relator Conselheiro José Borges Soeiro, disponível: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20110577.html>

ÍNDICE

Abreviaturas

1. Introdução.....	p.11
2. Conceito de Prostituição	
2.1 Evolução histórica do conceito.....	p.14
2.2 Elementos e atos tipificados no conceito de prostituição..	p.22
3. Ordem jurídica portuguesa	
3.1 Análise do artigo 169º n.º1 do Código Penal: lenocínio...	p. 25
4. Análise dos vários modelos político-legislativos: o regulamentarismo, abolicionismo, proibicionismo, descriminalização.....	p.37
5. Direito Comparado: regulamentação da prostituição em algumas ordens jurídicas: Alemanha; França; Itália; Espanha; Suécia, Holanda e Nova Zelândia.....	p.41
6. Conclusão: legalização da Prostituição, conformidade com o direito Comunitário e outros diplomas legais internacionais; A Prostituição como eventual contrato especial de trabalho ou prestação de serviços.....	p.54
7. Bibliografia e Jurisprudência citada.....	p.69
8. Índice.....	p.80